

AmPHora

REVISTA DE DIVULGAÇÃO HISTÓRICA
DA ASSOCIAÇÃO DE PROFESSORES DE HISTÓRIA

PERIODICIDADE ANUAL

APH Associação
de Professores
de História

número 4

JANEIRO
2017



**Questões transnacionais:
migrações, segurança e ambiente**

Sumário

Artigo

Ana Delicado Ambiente e alterações climáticas: Riscos sem fronteiras.....3

Artigo

Catarina Reis de Oliveira e Natália Gomes Imigrantes em Portugal: Que integração e contributos para o país?..... 9

Artigo

Rita Penedo Tráfico de seres humanos - E quando a história não acaba?.....17

Artigo

Tiago Carrasco Esmagados pelo ódio.....24

Artigo

Mariana Lagarto Questões transnacionais: uma experiência de ensino e de aprendizagem no 12º ano.....27

Artigo

Carla Delgado de Piedade e Anabela Pessoa Farinha A Europa e os dispersos.....34

Propriedade: Associação dos Professores de História

Morada: Rua das Açucenas, lt. 7 - loja 12, 1300-003, Lisboa

Coordenação editorial: Miguel Barros, Pedro Almeida Ferreira

Colaboraram nesta edição: Ana Delicado, Anabela Pessoa Farinha, Carla Delgado de Piedade, Catarina Reis de Oliveira, Mariana Lagarto, Natália Gomes, Rita Penedo, Tiago Carrasco.

Revisão: Miguel Barros

Data de publicação: Janeiro 2017/ Periodicidade: anual

Composição/Paginação: Marta Torres e Miguel Barros

Impressão: Artipol

Tiragem: 750

ISSN:2183-2307

Todos os artigos assinados são da exclusiva responsabilidade dos autores. É permitida a reprodução dos artigos publicados, para fins didáticos e pedagógicos, sem fins comerciais, desde que indicada a fonte. Esta revista tem artigos que seguem a grafia do Acordo Ortográfico de 1945 e artigos que seguem a grafia do Acordo Ortográfico de 1990 (atualmente em vigor).

AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS: RISCOS SEM FRONTEIRAS

A Natureza não reconhece as fronteiras traçadas pelos Estados-Nação. Se esta invenção da modernidade europeia pressupõe o exercício do poder sobre um território delimitado, este aplica-se apenas aos seres humanos que lá vivem, não aos ecossistemas nem aos fenómenos naturais. E no entanto as fronteiras foram muitas vezes desenhadas, negociadas ou batalhadas tendo em conta a distribuição dos recursos naturais. Terras férteis para a agricultura, jazidas minerais ou simplesmente água motivaram disputas entre reinos e países, tanto no território europeu como mais tarde nas colónias em África, na América ou na Ásia.

O extraordinário desenvolvimento tecnológico do período contemporâneo trouxe uma capacidade sem precedentes para exaurir os recursos naturais e, no processo, causar poluição do ar, da água e do solo, destruição de ecossistemas, perda de biodiversidade e mesmo extinção de espécies. Trabalhos como o de Rachel Carson (1966), sobre a contaminação por pesticidas, vieram chamar a atenção para que a capacidade de regeneração da natureza tem limites e que os problemas ambientais têm impacto sobre a saúde e bem-estar humanos, sendo portanto problemas sociais também. A realização da primeira Conferência sobre Ambiente da Nações Unidas (em Estocolmo) e criação do respetivo Programa Ambiental (UNEP) em 1972 são sinais de uma tomada de consciência do ambiente como um problema global, que precisa de ser abordado a nível transnacional. Nos anos 1980, inspirados por problemas como as chuvas ácidas (causadas pela poluição industrial) ou os acidentes nucleares de Three Mile Island (1979) e Chernobyl (1986), vários sociólogos de renome (Giddens 1992, Beck 1992) desenvolvem teorizações em torno de como as sociedades contemporâneas são “sociedades de risco”, fortemente condicionadas pelos riscos tecnológicos que ameaçam a sua sobrevivência. Estes riscos tecnológicos têm características muito distintas dos riscos naturais: são invisíveis à perceção humana, de probabilidade incalculável, têm consequências potencialmente catastróficas e irreversíveis, inclusive sobre gerações futuras, transcendem diferenças sociais e económicas e são globais, atravessam fronteiras e afetam múltiplos países. A título de exemplo, a nuvem radioativa causada pelo desastre de Chernobyl atravessou todo o hemisfério ocidental e atualmente ainda são mensuráveis vestígios de Cesium 137 em vários países da Europa. A expansão destes riscos significa que se considera que entrámos num novo período geológico, o antropoceno, em que a ação humana tem um impacto significativo e global na geologia e os ecossistemas da Terra (Steffen et al. 2007). Mas o risco ambiental global por excelência do período contemporâneo é inegavelmente constituído pelas alterações climáticas.

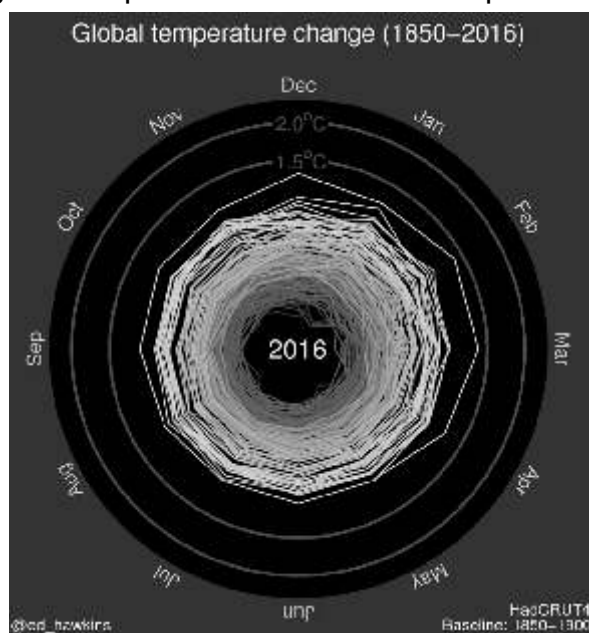
Alterações climáticas

As alterações climáticas ultrapassam as fronteiras do natural e do humano/tecnológico: os riscos que implicam são naturais (crescimento das temperaturas, mudanças na pluviosidade, subida do nível médio do mar, aumento da frequência e intensidade dos fenómenos extremos, como tempestades, tornados, ciclones, ondas de calor), mas a sua origem é antrópica, ou seja, causada pela ação humana. É consensual entre os cientistas que a emissão de gases com efeito de estufa, causada pelas mais variadas atividades

humanas, desde a agricultura à indústria, passando pelos transportes, está na origem do aumento das temperaturas. Onde persiste alguma incerteza científica é na escala e consequências dos seus impactos, não só devido a áreas de desconhecimento nos modelos climáticos e no funcionamento dos sistemas terrestres, mas sobretudo à relativa imprevisibilidade da ação humana.

Ainda que seja um problema conhecido dos cientistas desde praticamente o início do século XX e que as primeiras referências na imprensa tenham surgido nos anos 1970, é apenas no final da década seguinte, com a criação do Painel Internacional para as Alterações Climáticas (IPCC na sigla inglesa) sob a égide das Nações Unidas e a assinatura do protocolo de Quioto, que se reconhece verdadeiramente a magnitude do problema. A cada quatro anos, o IPCC, composto por milhares de cientistas e representantes dos governos mundiais, tem emitido um relatório, cujas conclusões são cada vez mais alarmantes. O último, datado de 2014 (IPCC 2014), traça um cenário muito preocupante para a vida humana caso o aquecimento global não seja mantido abaixo dos 2°C.

Figura 1 Espiral do aumento das temperaturas



Fonte: Ed Hawkins, Open Climate Science, <http://www.climate-lab-book.ac.uk/spirals/>

A questão das alterações climáticas é atravessada por vários paradoxos. Por um lado, a quase invisibilidade presente dos seus efeitos tem levado a uma atuação pouco decisiva dos governos e instituições, que fará com que os impactos futuros sejam muito mais graves. Ao nível individual, apesar das respostas a inquéritos indicarem uma grande preocupação com o problema, poucos estão dispostos a agir no sentido de o combater (Schmidt e Delicado 2014). Por outro lado, é um problema global, mas os impactos serão sentidos ao nível local e com grandes variações segundo o contexto. Se há apenas uma solução para a mitigação (reduzir ou mesmo eliminar os gases com efeitos de estufa), as soluções de adaptação são infindas e só podem ser implementadas à medida das características locais. Cientistas e ativistas hesitaram durante muito tempo em chamar a atenção e desenvolver medidas de adaptação porque temiam a perda de investimento na mitigação. E se a responsabilidade pelo problema recai sobretudo sobre os países desenvolvidos, os efeitos serão sentidos com maior acuidade nos países em desenvolvimento, mais vulneráveis aos efeitos das transformações do clima.

No final de 2015, na Conferência das Partes (COP) de Paris, os governos chegaram a um acordo para tomar as medidas necessárias para manter o aumento das temperaturas abaixo dos 2°C, preferencialmente até abaixo dos 1,5°C. No entanto, este limite parece ter sido já atingido. De acordo com dados dos National Centers for Environmental Information (governo dos Estados Unidos),ⁱ entre maio de 2015 e julho de 2016 todos os meses bateram recordes de temperatura, sendo os mais quentes alguma vez registados. É pois cada vez mais premente estudar os potenciais impactes de um mundo mais quente e como as sociedades se podem adaptar a eles.

Uma das consequências sociais mais impactante e generalizada das alterações climáticas será o deslocamento de populações. O degelo e a subida do nível médio do mar implicará o desaparecimento de muitas ilhas-nação no Índico e Pacífico, de comunidades na Gronelândia e no Alasca e das zonas costeiras mais baixas de países como o Bangladesh (Adams et al. 2013); a mais longo prazo este problema afetará também as zonas costeiras dos Estados Unidos e da Europa, levando inclusivamente à submersão de grandes cidades, como Nova Iorque e Sidney.ⁱⁱ Por outro lado, prevê-se que o aumento das temperaturas torne algumas zonas do médio oriente e do norte de África inabitáveis.ⁱⁱⁱ Noutros pontos do globo, a escassez de água e alimentos devido à diminuição da pluviosidade e aumento dos períodos de seca também poderá empurrar populações para fora das suas regiões de origem. Mesmo que soluções tecnológicas possam preservar algumas zonas do avanço do mar (como os diques na Holanda) ou proporcionar água potável através de dessalinização, é praticamente inevitável que na segunda metade do século existam milhões de refugiados do clima, um problema de carecerá de uma nova governança global (Bierman e Boas 2010).

É também expectável que a escassez de recursos provoque conflitos armados, que resultarão em mais migrações forçadas. Algumas teses apontam que as guerras na Síria (Kelley et al. 2015) e no Darfur (UNEP 2007) foram potencializadas pelas mudanças climáticas: secas prolongadas e o avanço da desertificação levam à disputa por terrenos férteis ou a migração de populações agrícolas para as cidades, aumentando a instabilidade social.

O acréscimo da frequência e intensidade dos eventos extremos tem também consideráveis impactes sociais e económicos. Estes eventos, para além de provocarem a perda de vidas humanas, têm também potenciais consequências graves sobre a saúde pública, as infraestruturas (estradas, telecomunicações, serviços de eletricidade e água), a produção alimentar. Mais uma vez, os países em desenvolvimento são os mais vulneráveis, mas o furacão Katrina em 2005 mostrou como também países desenvolvidos, como os Estados Unidos, podem sofrer consequências devastadoras: milhares de mortos e desaparecidos, um milhão de deslocados (mais de metade dos quais continuavam sem casa um mês depois), 80% da cidade de Nova Orleães inundada, milhares de milhões de dólares de prejuízos.^{iv}

Em Portugal

Portugal ocupa uma posição relativamente privilegiada neste contexto. O seu contributo para a emissão de gases com efeitos de estufa é modesto, graças a uma industrialização incipiente. De tal forma que o Protocolo de Quioto lhe autorizava o aumento das emissões, não a sua redução. As metas estabelecidas neste acordo foram cumpridas, em larga medida devido à crise que se abateu sobre o país desde 2008 e levou à desaceleração económica (Carvalho et al. 2014). Em termos dos impactes das alterações climáticas, serão severos em Portugal, mas substancialmente menores que nos países do

hemisfério sul.

A primeira avaliação integrada da vulnerabilidade e adaptabilidade de Portugal foi efetuada no âmbito do projeto SIAM, liderado por Filipe Duarte Santos e financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian e pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, que teve início em 1999 (Santos et al. 2001). Desde então outros estudos têm confirmado ou reforçado os resultados obtidos neste estudo multidisciplinar e executado por cientistas de várias instituições de investigação (Carvalho et al. 2014). Este projeto confirmou a tendência de aumento da temperatura, decréscimo da precipitação e aumento dos fenómenos extremos em Portugal nas últimas décadas e projetada para o futuro. Apesar de variações regionais, prevê-se que estas mudanças tenham efeitos sobre os recursos hídricos (diminuição das reservas e da qualidade da água, aumento das cheias no Inverno), com consequências sobre as florestas e a biodiversidade. No que respeita às zonas costeiras, o risco de perda de terreno com a subida do nível do mar e erosão afeta dois terços da linha de costa.

Em termos de impactes sociais e económicos, as projeções indicam um acréscimo da mortalidade e morbilidade (devido a ondas de calor, doenças com origem na contaminação da água e alimentos ou transmitidas por insetos e problemas de saúde associados a poluição atmosférica), efeitos negativos sobre o turismo (mudança nos fluxos devido ao aumento das temperaturas), a agricultura (stress hídrico, mudança na distribuição e diminuição de produção de algumas culturas e aumento de pragas e infestantes) e as pescas (declínio nas capturas).

Mesmo à escala de um país pequeno como Portugal, as variações locais dos impactes das alterações climáticas requerem estratégias de adaptação próprias. Nesse sentido, o projeto Clima-adaPT local, que decorreu entre 2015 e 2016, procurou contribuir para desenhar estas estratégias em 26 municípios, com base na participação dos cidadãos e dos agentes locais, numa lógica de base para o topo.^v

O projeto Cuidar

O tema das alterações climáticas é incontornável no ensino básico e secundário. São os estudantes de hoje que se confrontarão mais diretamente com os efeitos da mudança climática. Os currículos disciplinares dos diferentes níveis de ensino incluem já bastantes referências ao problema e o Referencial da Educação para o Risco (Saúde et al., 2015), apesar de não o referir diretamente, define objetivos de aprendizagem (conhecer as causas e suscetibilidades, identificar os principais efeitos e compreender as medidas de autoproteção) sobre os riscos naturais, a maioria deles associados às alterações climáticas.

É neste sentido que a equipa portuguesa do projeto CUIDAR elegeu as alterações climáticas como eixo de abordagem à questão das catástrofes urbanas e o trabalho com escolas do ensino básico. *CUIDAR- Culturas de Resiliência à Catástrofe entre Crianças e Jovens* é um projeto financiado pela Comissão Europeia através do programa Horizonte 2020.^{vi} É coordenado por uma equipa de investigação da Universidade de Lancaster, liderada por Maggie Mort, e desenvolvido em parceria com outras instituições de vários pontos da Europa: Espanha (Universidade Aberta da Catalunha), Grécia (Universidade de Thessaly), Reino Unido (a organização não governamental Save the Children), Itália (Save the Children Italia) e Portugal (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa). A equipa portuguesa é composta por Ana Delicado, Ana Nunes de Almeida, Luísa Schmidt, Jussara Rowland, Sofia Ribeiro e Susana Fonseca.

Figura 2: Fotografia de um dos workshops piloto do projeto CUIDAR



Fonte: Equipa do projeto, 2016

O projeto teve início em Julho de 2015 e tem a duração de três anos. Os objetivos do projeto CUIDAR são:

- Compreender melhor a perceção de risco, as necessidades e as capacidades das crianças e jovens nas sociedades urbanas em relação às catástrofes.
- Fortalecer a compreensão das crianças e jovens em relação às emergências e às ações que podem desenvolver para se prepararem, para prepararem as suas famílias e as suas comunidades.
- Aumentar a sensibilização e o conhecimento sobre as necessidades das crianças e jovens em situações de catástrofe entre os profissionais de resposta a emergências e entre os decisores políticos.
- Estimular uma comunicação mais eficaz entre os profissionais de resposta a emergências e as crianças e jovens em contexto urbano.
- Melhorar a estrutura de gestão de catástrofes, as políticas e as práticas, de forma a integrar as necessidades particulares das crianças e jovens quando envolvidas em situações de catástrofes urbanas.

Em termos metodológicos o projeto CUIDAR está dividido em sete tarefas. Para além das tarefas de administração e disseminação (esta última coordenada pela equipa portuguesa), as cinco tarefas operativas, interligadas, mas que se sucedem no tempo, consistem em:

- Recolha e análise de informação sobre investigação e políticas e práticas de gestão de catástrofes em relação a crianças e jovens (cf. Delicado et al. 2016).
- Workshops com crianças e jovens para compreender a sua perceção de risco, fortalecer a sua resiliência e capacitá-los para comunicar aos profissionais de resposta a emergência as suas perceções, prioridades e necessidades em situações de catástrofe.
- Exercícios de aprendizagem mútua com as crianças e jovens e os profissionais de resposta a emergências, com o intuito de sensibilizar e influenciar as políticas e os planos locais sobre catástrofes, para que incluam as necessidades e as capacidades das crianças e jovens.
- Sensibilização e comunicação fazendo uso do diálogo, a nível nacional, com os decisores políticos, de forma a comunicar as necessidades, prioridades e capacidades das crianças e jovens em situações de catástrofe e influenciar as políticas e a prática. Fomentar igualmente o diálogo ao nível europeu, para partilhar as experiências e as iniciativas de cada país.
- Desenvolver uma Estratégia Europeia para o envolvimento das crianças e jovens em situações de catástrofe.

Foram já realizados workshops-piloto com turmas do 4º e 9º ano de uma escola de Lisboa e estão em preparação workshops participativos em três municípios do país, complementados por exercícios de aprendizagem mútua, onde as crianças e jovens terão oportunidade efetiva de dialogar com membros da proteção civil e outros decisores políticos com responsabilidades na área da gestão de catástrofes. A primeira das localidades onde terão lugar os workshops é Albufeira, um concelho exposto a uma multiplicidade de riscos associados aos impactos das alterações climáticas: inundações, queda de arribas, ondas de calor e incêndios florestais. Tiveram já início as reuniões preparatórias e foi aprovada em reunião de Câmara a colaboração da autarquia e respetivos serviços municipais de proteção civil com o projeto. As restantes duas localidades estão, no momento da escrita deste artigo, ainda a ser selecionadas.

Conclusão

As alterações climáticas são uma inevitabilidade: mesmo que se suspendesse totalmente a emissão de gases com efeitos de estufa, os que já estão na atmosfera provocarão sempre um aquecimento do planeta. Apesar de ser um problema global, que atravessa todas as fronteiras, os seus impactos são sentidos a nível local, de forma diferente consoante as especificidades físicas, sociais e económicas, pelo que a adaptação só pode ser adequada a cada contexto.

A investigação científica, a educação e a participação dos cidadãos (de todos, incluindo as crianças e jovens) são essenciais para que as medidas de adaptação sejam apropriadas, eficazes e justas.

Referências

- ADAMS, Sophie et al. 2013. Turn down the heat: climate extremes, regional impacts, and the case for resilience - full report. Washington DC, World Bank. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/975911468163736818/Turn-down-the-heat-climate-extremes-regional-impacts-and-the-case-for-resilience-full-report> [consultado em 24-08-2016]
- BECK, Ulrich (1992), Risk society, Oxford, Polity Press
- BECK, Ulrich (2015), A sociedade de risco mundial: em busca da segurança perdida. Lisboa, Edições 70.
- Biermann, F., & Boas, I. (2010). "Preparing for a warmer world: Towards a global governance system to protect climate refugees". *Global environmental politics*, 10(1), pp. 60-88.
- CARSON, Rachel (1966), *Primavera silenciosa*, Lisboa: Editorial Pórtico
- Carvalho, A., Santos, F. D., Schmidt, L. e Delicado, A. (2014), "Climate change research and policy in Portugal", *WIREs Climate Change*, 5, pp. 199-217.
- Delicado, A., Rowland, J., Fonseca, S., Almeida, A. N. and Schmidt, L. (2016), "Including children in the governance of urban risks", ICUR2016 Proceedings International Conference on Urban Risks, Lisbon, June-July, pp. 949-956.
- GIDDENS, Anthony (1992), *As consequências da modernidade*, Oeiras: Celta
- IPCC (2014) Summary for policymakers. In: C.B. Field et al. (eds.). *Climate Change 2014: Impacts, Adaptation, and Vulnerability. Part A: Global and Sectoral Aspects. Contribution of Working Group II to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 1-32.
- Kelley, C. P., Mohtadi, S., Cane, M. A., Seager, R., & Kushnir, Y. (2015). Climate change in the Fertile Crescent and implications of the recent Syrian drought. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 112(11), pp. 3241-3246.
- SANTOS, F. D., FORBES, K. e MOITA, R. (2001), *Mudança climática em Portugal: Cenários, Impactes e Medidas de Adaptação – SIAM Sumário Executivo e Conclusões*, Lisboa: Gradiva.
- SAÚDE, A., COSTA, E., FERNANDES, J.J., ESTEVES, M. J., AMARAL, M. L., ALMEIDA, P., ANDRÉ, T. L. (2015), *Referencial de Educação para o Risco*, Lisboa: Ministério da Educação e Ciência.
- Schmidt, L., Delicado, A. (2014). Alterações climáticas na opinião pública. In L. Schmidt e A. Delicado (Eds.), *Ambiente, alterações climáticas, alimentação e energia: a opinião dos portugueses*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, pp. 113-143.
- Steffen, W., Crutzen, P. J., & McNeill, J. R. (2007). "The Anthropocene: are humans now overwhelming the great forces of nature". *AMBIO: A Journal of the Human Environment*, 36(8), pp. 614-621.
- UNEP (2007), Sudan: post-conflict environmental assessment, Genebra: UNEP

Notas

¹<https://www.ncdc.noaa.gov/>

²Brian Kahn, 'Sea levels could rise at least 20 feet', Climatecentral, 9 de julho de 2015, <http://www.climatecentral.org/news/sea-levels-rise-20-feet-19211>

³Hugh Naylor, Global warming has brought a hellish heatwave to the Middle East – and it's coming to the rest of the world, The Independent, 11 de Agosto de 2016, <http://www.independent.co.uk/news/world/middle-east/global-warming-has-brought-a-hellish-heatwave-to-the-middle-east-and-its-coming-to-the-rest-of-the-a7185756.html>

⁴Vide Allison Plyer, "Facts for features: Katrina impact", in The Data Centre, <http://www.datacenterresearch.org/data-resources/katrina/facts-for-impact/>

⁵Website do projeto: <http://climadapt-local.pt/>

⁶Website do projeto: <http://www.lancaster.ac.uk/cuidar/pt>. Página de Facebook da equipa portuguesa: <https://www.facebook.com/cuidarpt/>

Catarina Reis de Oliveira

Coordenadora do Observatório das Migrações

Natália Gomes

Equipa do Observatório das Migrações

IMIGRANTES EM PORTUGAL: QUE INTEGRAÇÃO E CONTRIBUTOS PARA O PAÍS?

Nas últimas décadas Portugal viu aumentar a sua imigração, acompanhando a tendência verificada na maioria dos Estados-membros da União Europeia. Para analisar os impactos da imigração nas sociedades de acolhimento e a situação de integração dessas mesmas populações torna-se fundamental monitorizar a realidade a partir de indicadores estatísticos disponíveis em diversas fontes de dados oficiais. Neste âmbito, Portugal tem acompanhado a tendência europeia promovendo a parceria entre instituições com dados estatísticos e administrativos acerca dos estrangeiros residentes no país, sendo esses indicadores analisados na Coleção *Imigração em Números* do Observatório das Migrações (www.om.acm.gov.pt) que procura contribuir de forma continuada para a necessária monitorização da integração dos imigrantes em Portugal.

Importa, contudo, reconhecer algumas dificuldades em apurar com rigor o fenómeno da integração de imigrantes a partir da informação estatística disponível. Face aos dados estatísticos e administrativos disponíveis em Portugal o principal critério para estimar a dimensão da população imigrante e as suas características é o da nacionalidade dos indivíduos. Contudo, embora este seja um critério objetivo e exclusivo, importa reconhecer que traz consequências analíticas uma vez que se traduz apenas numa estimativa da imigração, não se sobrepondo à realidade ou universo de imigrantes. Por um lado, há cidadãos com nacionalidade estrangeira que já tendo nascido em Portugal, não têm qualquer experiência migratória, correspondendo nomeadamente a descendentes de imigrantes que herdaram a nacionalidade estrangeira de origem dos seus pais. Por outro lado, verifica-se que dados acerca de indivíduos com nacionalidade estrangeira podem excluir imigrantes *de facto* que adquiriram, entretanto, a nacionalidade portuguesa e que por isso deixaram de integrar os dados acerca da população estrangeira residente em Portugal. Desta forma, os dados tratados a partir da nacionalidade dos residentes em Portugal devem ser lidos apenas como uma aproximação ao universo da imigração.

Ainda no que toca às dificuldades em medir a integração de imigrantes, é necessário atender a que a integração de imigrantes é um processo multifacetado que integra diferentes dimensões, sendo umas mais fáceis de medir do que outras atendendo à disponibilidade de informação passível de tratamento estatístico. No âmbito do *Programa de Estocolmo* (2010-2014) e da *Declaração de Zaragoza* (abril de 2010), foi proposta a definição de 'indicadores comuns de integração' desenvolvidos a partir de quatro grandes áreas relevantes: (1) emprego, (2) educação, (3) inclusão social, e (4) cidadania ativa, reconhecidas essas como áreas fundamentais de um processo de integração e passíveis de medição nos vários Estados-membros. Apoiando os Estados-membros nesse trabalho, a União Europeia promoveu um estudo piloto (EUROSTAT, 2011) de sistematização e análise de informação estatística através de fontes harmonizadas de dados disponíveis. Mais recentemente (OCDE, 2015), fruto de uma cooperação estabelecida entre a Comissão Europeia (DG Migration and Home Affairs) e a Divisão das Migrações

Internacionais da OCDE, foi publicado o Relatório *Indicators of Immigrant Integration* e a base de dados <http://www2.compareyourcountry.org> que disponibiliza indicadores para três grandes temas – integração no mercado de trabalho, inclusão social, e educação e qualificações –, sendo possível comparar os resultados de um país (e.g. Portugal) com os demais países da União Europeia e da OCDE. Nesses relatórios estatísticos internacionais a opção foi sempre a de medir o resultado da população imigrante em cada indicador por comparação ao resultado da população nativa de cada país para esse mesmo indicador. Por outras palavras, a integração dos imigrantes foi medida atendendo à diferença ou proximidade de resultados entre os imigrantes e nacionais no mesmo contexto. A monitorização da integração de imigrantes a um nível internacional acarreta, porém, alguns desafios nomeadamente associados à harmonização de dados e de fontes internacionais (Oliveira, 2012; Oliveira e Gomes, 2014: 18). A necessidade de “forçar” a informação a enquadrar-se em categorias e definições comuns em todos os países comparados faz perder especificidades nacionais (e.g. diversidade de estruturas e poderes governativos, diferentes enquadramentos institucionais, diversidade de nacionalidades imigrantes e de volumes de imigração, diversidade nas características da população imigrante – idade, sexo, qualificações, etc.).

Este artigo procura sintetizar algumas das análises efetuadas na Coleção *Imigração em Números* do Observatório das Migrações acerca da situação dos estrangeiros residentes em Portugal em diferentes dimensões – demografia, trabalho, segurança social, educação e qualificações, aprendizagem da língua portuguesa, acesso à nacionalidade, recenseamento eleitoral e remessas - comparando-os com os cidadãos portugueses, com o intuito de responder a questões que surgem normalmente acerca do fenómeno migratório.¹

Quais os impactos da imigração na demografia portuguesa?

O último Recenseamento Geral da População (Censos 2011, INE) veio reafirmar o contributo positivo da população estrangeira para a demografia portuguesa. Nos últimos 10 anos a população cresceu 2% (206.061 indivíduos), sobretudo como consequência do saldo migratório² (que explica 91% desse crescimento), ou seja, beneficiando da entrada de imigrantes no país. A população de nacionalidade estrangeira residente em Portugal é tendencialmente mais jovem que a população de nacionalidade portuguesa: a média de idades da população estrangeira é de 34 anos quando a média de idades da população portuguesa é de 42 anos (à data dos Censos 2011). Estes dados refletem a interferência de dois fatores: por um lado, a tendência de envelhecimento da população portuguesa e, por outro, o facto da imigração para Portugal ter tido predominantemente uma motivação económica, chegando por isso essencialmente em idade ativa. Nota-se, porém, que a população estrangeira não é um todo homogéneo, identificando-se nacionalidades com idades médias mais jovens (e.g. romenos, brasileiros, chineses) e nacionalidades com idades médias mais seniores (e.g. ingleses).

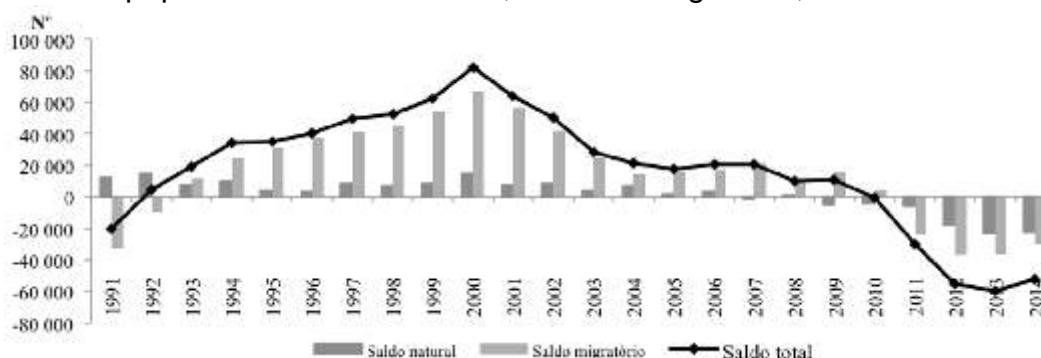
Os estrangeiros têm sido responsáveis não apenas pelo aumento de efetivos em idade ativa, mas também pelo incremento dos nascimentos em Portugal. Segundo dados das Estatísticas Demográficas (INE), em 2014 as mulheres de nacionalidade estrangeira foram responsáveis por cerca de 9% do total dos nascidos-vivos de mães residentes em Portugal.

Esta percentagem é particularmente elevada se atendermos a que a população estrangeira apenas representava 3,8% do total da população residente em Portugal em 2014.

Por outro lado, o contributo dos imigrantes revela-se especialmente importante se considerarmos que Portugal é atualmente o quinto país da União Europeia com maior

índice de envelhecimento. O Índice de Envelhecimento apurado para Portugal no ano de 2013 (136 idosos por cada 100 jovens) era apenas ultrapassado por quatro países: Alemanha, Itália, Bulgária e Grécia. Ora atendendo a que a partir de 2011, Portugal associa saldos naturais negativos (morrem mais pessoas do que as que nascem) a saldos migratórios negativos (emigram mais pessoas do que as que imigram para o país), o país passa a assumir saldos populacionais totais negativos (diminuição efetiva da população residente) que induzem a uma grande fragilidade demográfica. É, pois, também neste contexto que se deve reconhecer a grande dependência de Portugal em continuar a receber imigrantes, nomeadamente para atenuar os efeitos do seu envelhecimento demográfico.

Saldos populacionais anuais: total, natural e migratório, entre 1991 e 2014



Fonte: INE - Estatísticas de nados-vivos, óbitos e Estimativas anuais da População

Quais as características sociodemográficas da população estrangeira em Portugal?

Em 2014 residiam em Portugal 395.195 cidadãos estrangeiros, representando 3,8% do total de residentes do país. As dez nacionalidades estrangeiras numericamente mais representadas eram: a brasileira (22,1%), cabo-verdiana (10,4%), ucraniana (9,6%), romena (8,0%), chinesa (5,4%), angolana (5,0%), guineense (4,5%), britânica (4,2%), são-tomense (2,6%) e espanhola (2,5%). No que diz respeito ao sexo, os dados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras indicam que a população estrangeira residente é maioritariamente composta por mulheres (51,5%), correspondendo os estrangeiros do sexo masculino a 48,5%.

A população estrangeira residente em Portugal encontra-se sobretudo concentrada no distrito de Lisboa. Em 2014, a percentagem de estrangeiros que se concentra nesta unidade territorial correspondia a 45%. A elevada concentração de estrangeiros nesta região resulta em grande medida das primeiras vagas de imigração provenientes dos PALOP. Ainda que as vagas imigratórias mais recentes tenham sido importantes para diminuir a sobre concentração nesta região (por apresentarem padrões de maior dispersão geográfica no território português), não conseguiram retirar a importância relativa da região de Lisboa que capta perto de metade dos estrangeiros residentes no país.

Os estrangeiros mostram maior percentagem de população nos níveis de escolaridade mais elevados quando comparados com os portugueses. Essa tendência não é, contudo, uniforme para todas as nacionalidades estrangeiras. Segundo os Censos de 2011, as populações estrangeiras residentes com maior percentagem de pessoas com o ensino superior são os nacionais de Espanha (32%, ou seja, mais 20 pontos percentuais que os portugueses), do Reino Unido (22,8%, mais 11 pontos percentuais) e da Ucrânia (20,1%, mais 10 pontos percentuais). Também no nível secundário e pós-secundário se observa que a maioria das populações estrangeiras analisadas têm uma maior importância relativa

de pessoas com esse nível de escolaridade do que os portugueses, destacando-se os ucranianos (40,5%, mais 27 pontos percentuais que os portugueses), os ingleses (37%, mais 24 pontos percentuais) e os brasileiros (35%, mais 22 pontos percentuais).

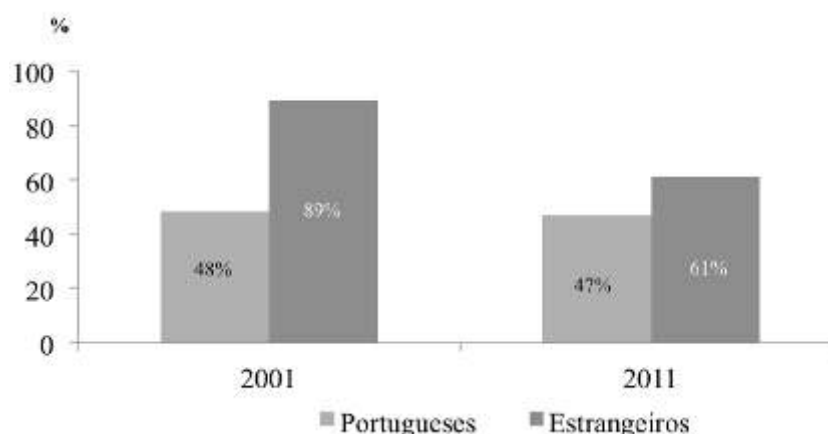
Os perfis migratórios alteraram-se nos últimos anos?

Nos últimos anos, em virtude da crise económica e financeira, Portugal assistiu a uma diminuição do número de estrangeiros e viu, simultaneamente, alterarem-se os perfis de imigração. Se até meados da década passada as principais razões de entrada ou de solicitação de entrada no país eram de natureza laboral (para exercício de uma atividade subordinada principalmente), nos últimos anos – nomeadamente pelo decréscimo das oportunidades de trabalho nos setores económicos onde os imigrantes tendiam a inserir-se – os fluxos de entrada passaram a estar mais associados ao estudo e ao reagrupamento familiar. A análise dos vistos de residência atribuídos nos postos consulares mostra a prevalência dos vistos associados ao estudo e ao reagrupamento familiar: em 2013 estes dois tipos de vistos representaram em conjunto 74,5% do total de vistos concedidos, repetindo-se a tendência no ano de 2014 (66,1% do total de vistos, 27,3% de vistos para reagrupamento familiar e 38,7% de vistos para estudo).

Os imigrantes contribuem para o mercado de trabalho e a economia do país?

A população estrangeira nas últimas décadas apresentou sempre taxas de atividade superiores aos nacionais. Segundo dados dos Censos de 2011, a taxa de atividade dos portugueses era de 47% enquanto a taxa de atividade dos estrangeiros era de 61%.

Taxas de atividade, segundo a nacionalidade, em 2001 e 2011 (%)



Fonte: Censos 2001 e 2011, INE (cálculos das autoras)

Ao longo das últimas décadas os fluxos de imigração para Portugal vieram responder às necessidades do mercado de trabalho nacional, sobretudo em sectores da construção, indústria, hotelaria, restauração e serviço doméstico. Por esse motivo, a população estrangeira tem vindo a concentrar-se em alguns grupos profissionais, geralmente associados a maiores riscos laborais, salários mais baixos, atividades manuais e de baixa qualificação. Em 2011, cerca de 49% da população empregada estrangeira estava nos grupos profissionais da base, o equivalente a mais 15 pontos percentuais que o verificado para os portugueses. Em contrapartida, verifica-se a partir dos Censos de 2011 que os portugueses têm mais população empregada nos grupos profissionais de topo (23%) do que os estrangeiros (apenas 13%). A distribuição dos trabalhadores estrangeiros pelos grupos profissionais do mercado de trabalho em Portugal não reflete, contudo, necessariamente as suas qualificações. Verifica-se em Portugal o fenómeno da sobre qualificação no mercado de trabalho.

A população estrangeira não é também um todo homogéneo quanto à sua inserção económica, verificando-se três formas de incorporação no mercado de trabalho português: (1) *imigração laboral*, personificada principalmente pelos operários dos PALOP, brasileiros e do Leste europeu; (2) *imigração profissional*, essencialmente representada por trabalhadores oriundos da União Europeia e do continente americano; e (3) *imigração empresarial*, destacam-se os asiáticos, em especial os chineses.

Por outro lado, é importante notar que os estrangeiros contribuem para o mercado de trabalho português enquanto empregadores, apresentando inclusivamente taxas de empreendedorismo superiores às dos portugueses. Segundo dados dos Censos, entre 1991 e 2011, a importância relativa de empregadores estrangeiros no total de empregadores do país passou de 1,6% para 5,2%. Este crescimento é ainda mais relevante se se considerar que de 1991 para 2011 a taxa de variação de empregadores estrangeiros foi seis vezes superior à registada para os portugueses. É interessante verificar ainda que a taxa de variação de empregadores estrangeiros entre 2001 e 2011 foi positiva em +15,2%, enquanto a taxa para os empregadores portugueses foi negativa em -7%. Deve atender-se, contudo, que nem todas as nacionalidades estrangeiras têm a mesma propensão para a iniciativa empresarial.

Empregadores estrangeiros e população estrangeira para o total de empregadores e população empregada em Portugal, entre 1981 e 2011

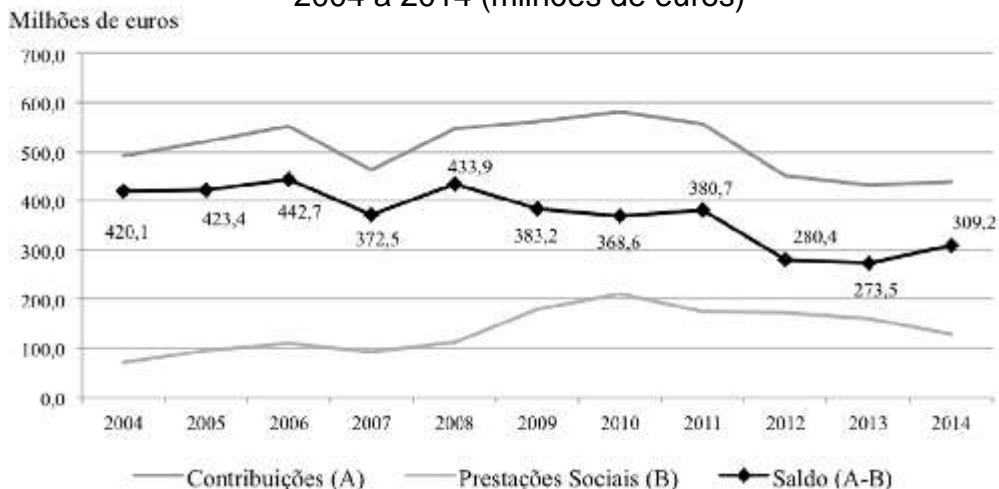
Ano Censitário	% de empregadores estrangeiros por total de empregadores do país	% de população empregada estrangeira por total de população empregada no país	Taxa de variação de empregadores estrangeiros entre décadas	Taxa de variação de empregadores portugueses entre décadas
1991	1,63	1,31	+145,1	+105,9
2001	4,21	4,04	+363,5	+74,6
2011	5,16	4,51	+15,2	-6,9

Fonte: Censos, INE (cálculos das autoras)

Quais os impactos dos imigrantes para a segurança social?

O sistema de segurança social português, à semelhança do verificado nos demais Estados sociais, define um contrato social entre o cidadão contribuinte e o Estado no qual é estabelecido que, como contrapartida de contribuições, há a proteção do cidadão – através de prestações sociais - em caso de doença, de desemprego, de parentalidade, de invalidez, de velhice, de acidente de trabalho, de doença ocupacional, de óbito, entre outras situações que careçam de proteção social. Durante a última década o saldo financeiro da segurança social com os estrangeiros foi sempre positivo, ou seja, os imigrantes contribuíram sempre mais do que beneficiaram com prestações sociais. Mesmo nos anos de crise económica e financeira, o sistema de segurança social aferiu um saldo positivo com a população estrangeira residente em cerca de +309,2 milhões de euros (era +433,9 milhões em 2008). A tendência de diminuição do saldo reflete a própria diminuição do número de contribuintes estrangeiros (associada ao decréscimo da população estrangeira residente no país) e o aumento do número de estrangeiros com prestações sociais, como contrapartida de contribuições efetuadas anteriormente para o sistema de segurança social português. O decréscimo dos contribuintes estrangeiros é transversal ao universo de contribuintes do sistema de segurança social português, onde se verificou igualmente uma redução do número de contribuintes (passaram de 4.362.177, em 2002, para 3.824.270 em 2014). A imigração mostra-se, assim, também necessária para contrabalançar os efeitos do envelhecimento demográfico no sistema de segurança social português, contribuindo para um relativo alívio do sistema e para a sua sustentabilidade.

Saldo das contribuições e prestações sociais relativas à população estrangeira, entre 2004 a 2014 (milhões de euros)



Fonte: MSESS (cálculos das autoras)

Como se relacionam os imigrantes com o sistema escolar português?

Inúmeros estudos da OCDE revelam que, de forma geral, os imigrantes tendem a apresentar maiores dificuldades em obter bons resultados escolares, quando comparados com os nacionais dos países de acolhimento. Não sendo Portugal exceção neste domínio nota-se, porém, nos últimos anos uma evolução positiva no desempenho escolar dos imigrantes, diminuindo a distância no desempenho escolar obtido entre alunos estrangeiros e alunos nacionais. Os dados do Ministério da Educação de Portugal revelam que, embora os alunos estrangeiros apresentem globalmente resultados escolares menos satisfatórios que os alunos de nacionalidade portuguesa, entre os anos letivos de 2007/2008 e 2013/2014 nota-se uma melhoria do desempenho escolar dos alunos estrangeiros do ensino secundário (subiram 5 pontos percentuais nas taxas de sucesso escolar).

A última década ficou também marcada pelo aumento substantivo do número de estudantes estrangeiros no Ensino Superior português. No ano letivo de 2013/2014 cerca de 9% do total de estudantes inscritos no Ensino Superior eram estrangeiros (cerca de 33 mil), quando há uma década atrás representavam apenas 3% (cerca de 13 mil em 2000-2001). Este aumento evidencia, entre outras razões, a captação de estudantes pelas Universidades portuguesas num contexto de internacionalização e competição a nível mundial por estudantes para formação superior. Múltiplos acordos bilaterais e multilaterais têm sido estabelecidos também com países terceiros.

Os imigrantes querem aprender a língua portuguesa?

A compreensão da língua do país de acolhimento é um requisito fundamental no processo de integração de imigrantes, tendo por isso aumentado a oferta de cursos de aprendizagem da língua de acolhimento um pouco por toda a Europa. Também em Portugal a oferta de cursos de língua portuguesa para estrangeiros tem aumentado, havendo a assinalar dois programas promovidos pelo Estado português com objetivos distintos: o primeiro, associado à disciplina de *Português como Língua não Materna* (PLNM) do ensino básico e secundário, que dá resposta aos desafios inerentes à integração de alunos que não têm o português como língua materna no sistema escolar; e o segundo, é o *Programa Português para todos* (PPT), criado em 2008, que procura estimular globalmente a aprendizagem do português (básico e técnico), podendo a certificação da aprendizagem da língua que lhe está inerente ser usada como requisito

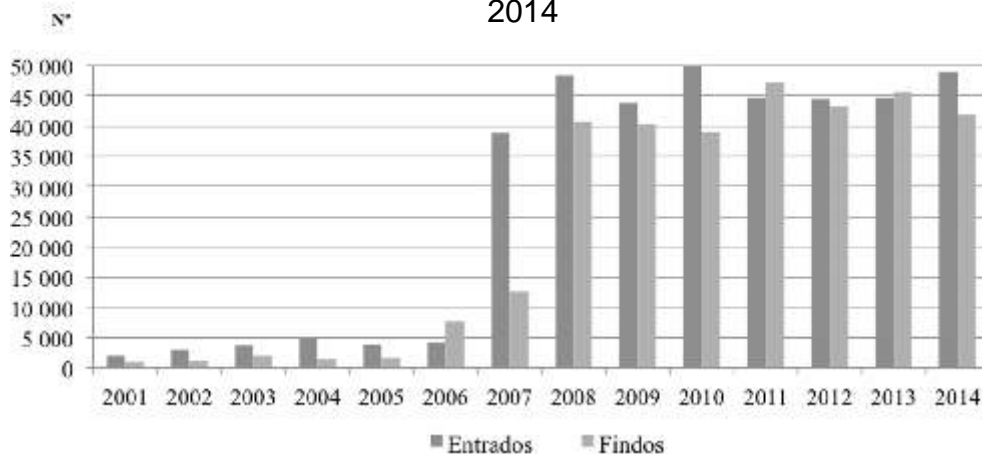
para a obtenção de uma autorização de residência permanente em Portugal ou da nacionalidade portuguesa.

Globalmente, em ambos os programas tem aumentado a procura e o número de beneficiários nos últimos anos. No ano letivo de 2013/14 encontravam-se matriculados na disciplina de *Português Língua Não Materna* (PLNM) 3.247 alunos, verificando-se um crescimento significativo relativamente ao ano letivo de 2007/08 (quando apenas existiam 31 alunos matriculados). Destacam-se alunos cabo-verdianos (14,5% dos alunos), seguidos dos guineenses (8,3% dos alunos), são-tomenses (3,7%), chineses (3,4%), ucranianos (3,1%) e romenos (3,0%). O *Programa Português para todos* (PPT) também tem aumentado o número de formandos abrangidos: entre 2008 e 2014 registou-se um aumento de +169% de formandos (foram 3.385 formandos em 2008, passando para 9.091 em 2014).

Os imigrantes têm acesso à nacionalidade portuguesa?

A legislação que regula o acesso à nacionalidade portuguesa foi alterada em 2006, tendo sido reconhecida internacionalmente como o melhor enquadramento legal entre os 31 países analisados no *Índice de Avaliação de Políticas de Integração de Imigrantes* (MIPEX). Esta mudança teve um impacto significativo no aumento dos pedidos de nacionalidade portuguesa e nas respetivas atribuições de nacionalidade: entre 2007 e 2014, o número de cidadãos a quem foi concedida a nacionalidade portuguesa atingiu os 310.693, com uma taxa de indeferimento/recusa de 5,7%, quando entre 2001 e 2006 apenas se registaram 14.865 concessões com uma taxa de indeferimentos de 30%.

Processos entrados e findos de concessão da Nacionalidade Portuguesa, entre 2001 e 2014



Fonte: SEF e Conservatória dos Registos Centrais

Entre 2008 e 2014, mais de 90% do total de aquisições de nacionalidade são respeitantes a estrangeiros residentes em Portugal, o que contrasta com o que se verificou entre meados da década de 1980 e 1990 à luz do enquadramento legal anterior, em que a maioria das aquisições de nacionalidade portuguesa era de residentes no estrangeiro. Nota-se também que a média de idades dos indivíduos residentes em Portugal que adquiriram a nacionalidade desde 2008 é mais baixa (cerca de 40% tinha menos de 30 anos), refletindo o impacto deste novo enquadramento no acesso à nacionalidade portuguesa por imigrantes mais jovens e de descendentes de imigrantes residentes no país.

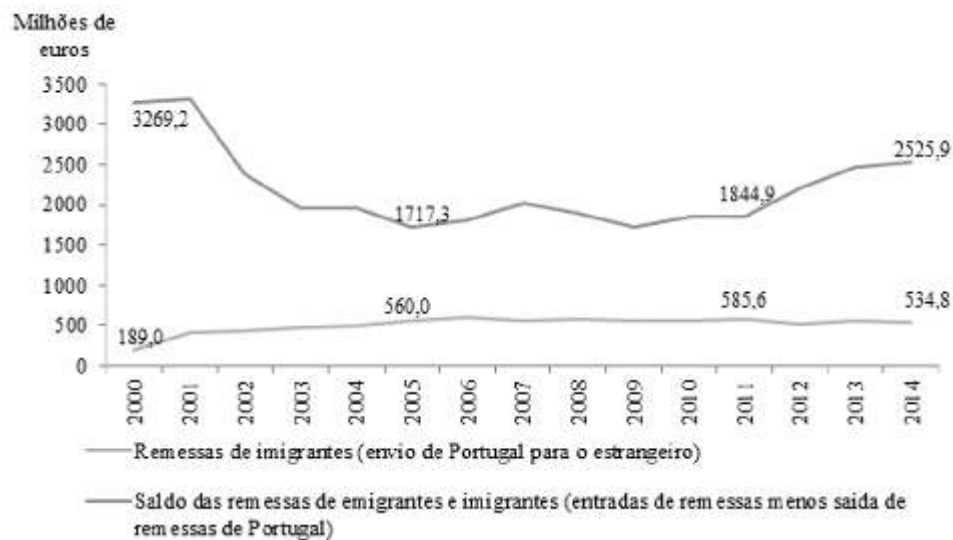
Os imigrantes enviam remessas para os seus países de origem?

Relativamente à evolução global das remessas de imigrantes na última década, os dados mostram que estas registaram um aumento significativo no período entre 2000 e 2006 – as

remessas triplicaram, passando de 189 milhões de euros, em 2000, para 610 milhões de euros em 2006 (ano em que se atinge o pico da década em análise). Nos últimos anos interrompeu-se esta trajetória de crescimento, refletindo a crise económica, aumento do desemprego e a redução do número de residentes estrangeiros no país. Em 2014 o montante global das remessas de imigrantes para os países de origem fixou-se nos 535 milhões de euros, constatando-se que os principais países de destino são, por ordem de importância: o Brasil (47,7%), China (13,7%), França (3,5%), Ucrânia (3,2%), Roménia (2,9%), Espanha e Angola (2,6%) e Cabo Verde (2,7%), refletindo as populações numericamente mais representadas no país.

Portugal continua, porém, a ter um saldo positivo na relação entre as remessas que entram no país (com origem na emigração portuguesa) face às remessas que saem da imigração residente no país. Em 2014 o saldo foi positivo em 2.525,9 milhões de euros, refletindo que Portugal continua a ser também um país de emigração.

Remessas de imigrantes e saldo das remessas de emigrantes e imigrantes entre 1996 e 2014



Fonte: Banco de Portugal-Estatísticas da Balança de Pagamentos cit in Pordata

BIBLIOGRAFIA

- EUROSTAT (2011), *Indicators of Immigrant Integration: a pilot study*, Eurostat Methodologies and Working Papers, Luxembourg, European Commission.
- OCDE (2015), *Indicators of Immigrant Integration 2015*, Paris, OCDE Publishing.
- Oliveira, C. R. (2012), "Monitoring immigrant integration in Portugal: Managing the gap between available data and implemented policy", in Bijl, R. e Verweij, A. (eds.), *Measuring and monitoring immigrant integration in Europe*, The Hague, The Netherlands Institute for Social Research (SCP), pp. 291-312.
- Oliveira, C. R. e Gomes, N. (2014), *Monitorizar a integração de imigrantes em Portugal: relatório estatístico decenal*, Coleção Imigração em Números do Observatório das Migrações, Lisboa, ACM.
- Oliveira, C. R. e Gomes, A. (2015), *Estatísticas de Bolso*, Coleção Imigração em Números do Observatório das Migrações, Lisboa, ACM.

Notas

¹Caso o leitor tenha interesse em detalhar estas tendências deverá consultar as análises mais aprofundadas que foram desenvolvidas nas diferentes publicações da coleção "Imigração em Números" do Observatório das Migrações (disponíveis em <http://www.om.acm.gov.pt/publicacoes-om/colecao-imigracao-em-numeros>) e que sistematizam dados acerca de estrangeiros em Portugal a partir de 19 fontes nacionais.

²O saldo migratório reflete a diferença entre o número de pessoas que imigram e o número de pessoas que emigram.

Rita Penedo

Chefe de Equipa do Observatório do Tráfico de Seres Humanos/Ministério da Administração Interna

TRÁFICO DE SERES HUMANOS - E QUANDO A HISTÓRIA NÃO ACABA?

Quando se procura circunscrever o significado de *Tráfico de Seres Humanos* são evocados quadros teóricos e jurídico-penais que compõem uma definição de crime, de criminoso e de vítima. Estas imagens, resultantes de contextos político-institucionais e sociais específicos, evocam outras, talvez mais polissémicas, como as de segurança, de liberdade e de justiça, tríade que ao nível da União Europeia (UE) “Engloba domínios políticos que vão desde a gestão das fronteiras externas da União até à cooperação judiciária em matéria civil e penal e à cooperação policial (...) as políticas de asilo e imigração e a luta contra a criminalidade (terrorismo, criminalidade organizada, cibercriminalidade, exploração sexual de menores, tráfico de seres humanos, drogas ilícitas, etc...)” (EUR-Lex)ⁱ.

A um nível supranacional, o *Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional relativo à Prevenção, à Repressão e à Punição do Tráfico de Pessoas, em especial de Mulheres e Crianças*, da Organização das Nações Unidas, conhecido como *Protocolo de Palermo* (2000)ⁱⁱ, a *Convenção do Conselho da Europa Relativa à Luta contra o Tráfico de Seres Humanos* (2005)ⁱⁱⁱ, e mais recentemente a *Diretiva 2011/36/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de abril, relativa à prevenção e luta contra o tráfico de seres humanos e à proteção das vítimas* (2011)^{iv} são exemplos destes quadros conceptuais evolutivos.

Invocados como arquétipos para a harmonização de conceitos e de procedimentos (de criminalização, mas também de proteção e de assistência às vítimas), historiam a evolução de uma construção conceptual além-fronteiras, sobre um **fenómeno criminal** que se retroalimenta de outros – na análise da criminalidade conexa ao tráfico surgem habitualmente os crimes de lenocínio, auxílio à imigração ilegal, angariação de mão-de-obra ilegal, rapto, maus-tratos, branqueamento de capitais, entre outros –, e sobre um **fenómeno social** que beneficia de dinâmicas de exclusão social e económica, da violência de género, de catástrofes naturais, da guerra, ou da atual crise dos migrantes/refugiados, especialmente em grupos potencialmente mais vulneráveis (noção que abordaremos abaixo), assinaladamente o grupo dos menores não acompanhados.

Sobre esta dimensão criminal e social do fenómeno, apresentam-se os seguintes exemplos de investigações e detenções de 2015:

“O SEF executou uma grande operação de combate aos crimes de tráfico de seres humanos, imigração ilegal e angariação de mão-de-obra ilegal na zona Centro do país. (...).

As investigações realizadas (...) permitiram apurar a existência de um elevado número de cidadãos estrangeiros, maioritariamente comunitários, a trabalhar na atividade agrícola sem que a respetiva situação laboral esteja devidamente regularizada e a viver em condições pouco dignas, nalguns casos de insalubridade.

Para além de significativa quantidade de documentação, que reforça os indícios de exploração laboral, e da substancial quantia monetária na posse de um dos suspeitos, foram identificados cerca de cinquenta cidadãos estrangeiros, sem a respetiva situação laboral devidamente regularizada.

Na sequência da operação, foram imediatamente constituídos arguidos dois

cidadãos estrangeiros pela prática dos crimes em investigação, estando ainda em curso outras diligências, designadamente relacionadas com a adequada sinalização e referência de potenciais vítimas da atividade criminosa em investigação. Esta ação do SEF (...) envolveu mais de três dezenas de operacionais deste Serviço”. (SEF, 2015).

**

“A PJ, através da Diretoria do Norte, identificou e deteve um homem e uma mulher, ambos de nacionalidade estrangeira e residentes no concelho de Ovar, fortemente indiciados pela prática dos crimes de tráfico de seres humanos, abuso sexual de criança, maus tratos e falsificação de documentos.

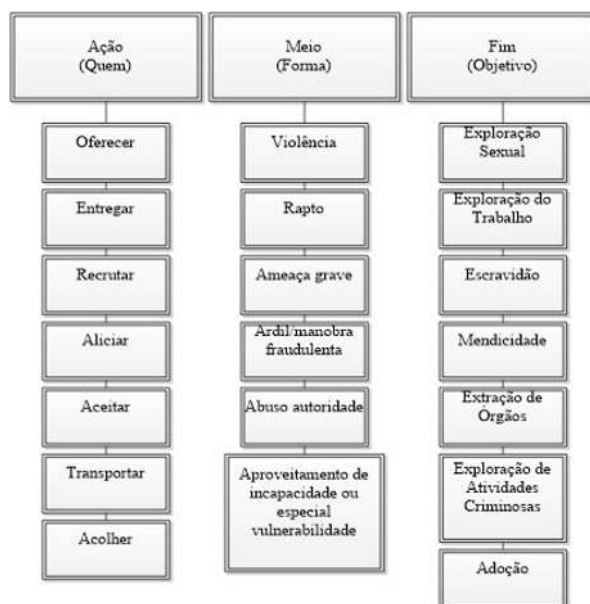
No âmbito desta investigação apurou-se que a vítima, uma menor atualmente com 17 anos de idade, foi retirada contra a sua vontade do seu seio familiar quando tinha apenas 12 anos de idade, vindo a ser obrigada a viver uma relação marital, tendo os suspeitos contado com a cumplicidade da mãe da criança que terá recebido uma quantia monetária para o efeito.

Esta criança terá já vivenciado anteriormente um outro episódio de vitimização, uma vez que, com apenas 10 anos de idade, terá sido entregue em circunstâncias semelhantes a uma outra família que a transportou para um outro país, submetendo-a durante um ano à prática da mendicância forçada e forçando-a igualmente a manter uma relação marital contra a vontade, vindo a ser depois restituída à progenitora.” (PJ, 2015).

Também a nível nacional temos os nossos marcos. Podemos enunciá-los a partir de 2007, ano de implementação de uma estratégia nacional concertada, vulgo *1º Plano Nacional de Combate ao Tráfico de Seres Humanos* (2007-2012)^v, e ano de alteração ao Código Penal, com o Artigo 160.º “Tráfico de Pessoas”^{vi}, e igualmente do estabelecimento da Lei 23/2007, de 4 de julho, *que aprovou o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional*^{vii}, e mais concretamente a *Subsecção V – Autorização de residência a vítimas de tráfico de pessoas ou de ação de auxílio à imigração ilegal*.

Na primeira referência normativa (Artigo 160.º tal como resultante da Lei n.º 60/2013, que procede à 30.ª alteração ao Código Penal) encontramos a definição jurídica que, e entre outros pontos, operacionaliza os três elementos constitutivos do crime^{viii} [Quadro 1]:

Quadro1: Elementos do crime de tráfico de Pessoas



De notar dois aspetos:

1) os três elementos acima apresentados são o corolário de uma evolução jurídica do crime de tráfico de pessoas, primeiramente plasmado no Código Penal de 1982, Secção dos “Crimes Sexuais”, Capítulo “Crimes contra os fundamentos ético-sociais da vida social”, Artigo 217.º, sendo que desde então se assistiu a várias modificações, designadamente:

o deixar de ter um carácter exclusivamente sexual, passando a ser considerado como um crime contra a liberdade pessoal, alargando-se desta forma os fins (objetivos) a que se destina;

no aumento dos meios utilizados, que passam a ser observados como elementos constitutivos do crime, não sendo necessária a sua prova nas situações em que a vítima é menor de idade; e

o deixar de ter um carácter iminentemente transfronteiriço, contemplando igualmente o tráfico interno.

(Marto, Penedo, 2016).

2) Nos “meios”, e sobre a definição de “especial vulnerabilidade”, conceito fundamental e considerado por alguns autores como de difícil operacionalização pela sua “potencial plasticidade” (Vaz Patto, 2008), de mencionar a recente aprovação da Lei nº130/2015 de 04 de setembro que procede à 23ª alteração ao Código de Processo Penal e aprova o Estatuto da Vítima, transpondo a Diretiva 2012/29/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de outubro de 2012, *que estabelece normas relativas aos direitos, ao apoio e à proteção das vítimas da criminalidade e que substitui a Decisão-Quadro 2001/220/JAI do Conselho, de 15 de março de 2001*^x, e da qual se destaca a alínea b) do Artigo 67.º-A, a definição de:

“Vítima especialmente vulnerável”, a vítima cuja especial fragilidade resulte, nomeadamente, da sua idade, do seu estado de saúde ou de deficiência, bem como do facto de o tipo, o grau e a duração da vitimização haver resultado em lesões com consequências graves no seu equilíbrio psicológico ou nas condições da sua integração social”.

Sobre a segunda referência normativa comumente referida como “Lei de Estrangeiros”, os direitos e deveres consagrados às vítimas de tráfico e de auxílio à imigração ilegal constantes no Artigo 109.º – Autorização de residência, Artigo 110.º – Informação às vítimas, Artigo 111.º – Prazo de reflexão, Artigo 112.º – Direitos da vítima antes da concessão da autorização de residência, Artigo 113.º – Direitos do titular de autorização de residência, Artigo 114.º – Menores, e Artigo 115.º – Cancelamento da autorização de residência^x.

Nos tempos que se seguiram, Portugal continuou a desenvolver e a consolidar um conjunto de Boas Práticas reconhecidas a nível europeu e internacional, tais como a criação:

Do *Observatório do Tráfico de Seres Humanos* (2008): cujo objetivo central é a monitorização do fenómeno do tráfico de seres humanos,

De *Centros de Acolhimento e Proteção para vítimas de tráfico e seus filhos menores* (entre 2008-2014): dois centros para mulheres (um gerido pela Associação para o Planeamento da Família, e outro pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima), e um para homens (gerido pela Associação Saúde em Português),

De *Equipas Multidisciplinares Especializadas de Assistência a Vítimas de Tráfico de Seres Humanos* (entre 2012-2013): equipas descentralizadas a nível territorial (Norte, Centro, Lisboa e Alentejo), coordenadas pela Associação para o Planeamento da Família, e que posteriormente originaram as quatro Redes Regionais (entre 2013-2016),

Da *Rede de Apoio e Proteção às Vítimas de Tráfico* (2013): constituída por vinte e

duas organizações governamentais e não-governamentais,
E de uma *Unidade Anti-Tráfico de Pessoas* do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (2013): essencialmente vocacionada para o combate a este crime em todas as suas vertentes.

Mas a “história inacabada” mencionada no título não se reporta à natural e necessária criação ou constante revisão e adaptação das leis, políticas ou programas de prevenção, proteção e punição, e da qual é igual exemplo a importante revisão do *Sistema de Referenciação Nacional de Vítimas de Tráfico de Seres Humanos: orientações para a sinalização de vítimas de tráfico de seres humanos em Portugal em 2014*^{xi}, em resultado de uma avaliação interpares do sistema em vigor até essa data.

A “história inacabada” que se procura abordar ainda que de forma exploratória é a do indivíduo – a da vítima – em contexto de *revitimização* ou de *vitimização contínua*, e principia pela pergunta:

Quantas das vítimas identificadas pelos Estados-membros da UE não serão, na verdade, as mesmas, exploradas mais do que uma vez, mas em tempos distintos (revitimização), e/ou exploradas continuamente num mesmo ou entre vários países (vitimização contínua)?

Identificada a necessidade dos Estados-membros da UE em melhorar os sistemas de recolha de dados a nível nacional e europeu (Eurostat, 2013), mas verificada a ainda complexidade numa análise estatística harmonizada (Eurostat, 2015), poderíamos neste momento provocar o leitor com a citação do autor desconhecido “There are three kinds of lies: lies, damned lies, and statistics.”

De um ponto de vista estatístico, o crime de tráfico de seres humanos encerra em si especificidades muito próprias. De entre várias, considera-se como essencial o entendimento de que o aumento ou decréscimo anual no número de vítimas não corresponde necessariamente ao aumento ou decréscimo anual no número de crimes registados.

Desta forma, num dado ano e face ao período homólogo, tanto pode ocorrer um aumento no número de crimes registados pelas autoridades, sem que tal implique um aumento no número de vítimas, como o seu oposto, isto é, uma diminuição no número de crimes registados, mas um aumento no número de vítimas.

Na base desta aparente “ausência de causalidade” entre as duas variáveis (aumento do crime=aumento de vítimas/decrécimo do crime=decrécimo de vítimas) estão diversos fatores endógenos e exógenos ao fenómeno, nomeadamente eventuais alterações nos procedimentos estatísticos de recolha ou alterações jurídicas, o acréscimo ou decréscimo no número de ações de fiscalização no terreno – essenciais para a sinalização inicial de vítimas – ou a existência do que o Observatório do Tráfico de Seres Humanos tipificou como “Grandes Ocorrências” – um crime com mais de 20 vítimas associadas, visível, por exemplo, em 2013 em duas ocorrências de tráfico para fins de exploração laboral na agricultura, na região do Alentejo. Esta tipificação ilustra como em última instância, uma ocorrência (um crime) pode ter uma ou cem vítimas associadas e assim, fortemente influenciar os dados.

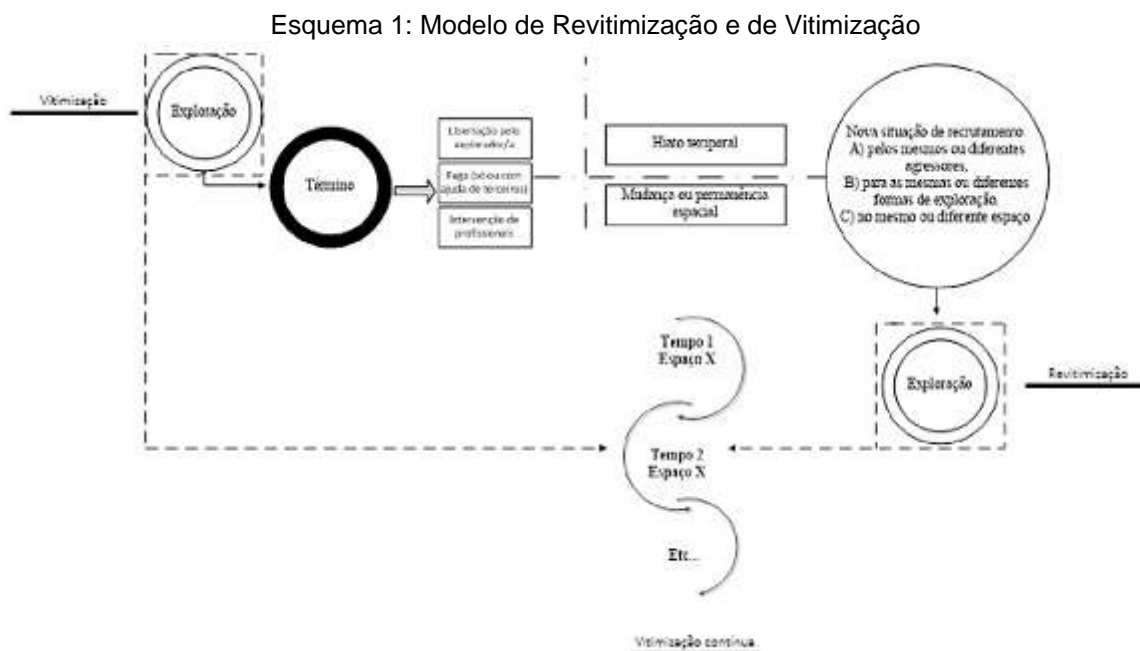
Mas a questão, como apontada, não procura fazer diminuir a dimensão quantitativa do fenómeno, nem ser extrapolada para todo o universo dos dados conhecidos; antes, busca olhar para os números, cruzando-os com outras variáveis e com o que já sabemos sobre alguns dos *modus operandi* utilizados na exploração de pessoas. Por exemplo, e em relação ao tráfico para fins de exploração laboral na agricultura, é grosso modo, identificada a existência de um número mais elevado de (presumíveis) vítimas – se

comparado com outras formas de exploração –, assim como a existência de uma mobilidade territorial interna e externa das (presumíveis) vítimas durante vários meses (entre os períodos das diferentes apanhas – trabalho sazonal).

De acordo com os últimos dados produzidos pela Comissão Europeia, entre 2013-2014 os Estados-Membros registaram um total de 15.846 (presumíveis e identificadas) vítimas de tráfico, sendo 65% cidadãos/ãs comunitárias traficadas dentro do espaço europeu, existindo neste subgrupo, um conjunto de países de origem de vítimas reportados como os mais recorrentes por vários Estados-membros, nomeadamente pelos próprios – tráfico interno (Comissão Europeia, 2016a). Adicionalmente, de referir que estes dados – vítimas comunitárias, de países específicos – estão alinhados com os resultados apresentados no último *working paper* do Eurostat de 2015, para o período de reporte de 2010-2012.

Neste sentido, e reconhecendo que existem países, e dentro destes determinadas regiões que, por motivos vários, apresentam um risco de vitimização mais elevado (o que abaixo se aludirá como *push factors*), pelo reportado nos dois relatórios acima mencionados, não poderemos deixar de perguntar se não estaremos perante um cenário de *dupla contagem* (o terror da gestão de dados), principalmente no que concerne à *vitimização contínua* (dado que nas situações de revitimização não existe este pressuposto por se tratar de uma nova situação).

Pictoricamente, na primeira tipificação (*revitimização*) a noção de **Processo**, e na segunda (*vitimização contínua*), a noção de **Ciclo**, sendo que em teoria esta tipificação não será mutuamente exclusiva com a vitimização ou mesmo revitimização (Esquema 1):



Fonte: Esquema produzido por Rita Penedo

No desenvolvimento do modelo proposto será de aprofundar os fatores sócio ecológicos presentes, particularmente na correlação “Hiato **temporal** | Mudança ou permanência **espacial**” e que poderão explicar os contextos e dinâmicas de prevalência ou de resiliência à ocorrência deste crime. De relevo as seguintes questões:

Qual o período entre, e o que caracteriza o início da exploração e o seu término, e entre este e uma nova ocorrência? Qual o período entre, e o que caracteriza a exploração em continuidade, e nesta qual a relevância de tipos de exploração específicos?

Que fatores estão presentes na *vitimização contínua* e que sustentam o sucesso da ofensa, e que nas situações de *revitimização* poderão revelar a especial vulnerabilidade da vítima?

Existe uma padronização geográfica entre a segunda e a primeira ocorrência (*revitimização*), ou nas situações de ocorrência única (*vitimização contínua*)? Que fatores intervêm na (des)localização do crime?

Por fim, como quebrar o processo (*revitimização*), e o ciclo (*vitimização contínua*)?

Se algum dia esta “história inacabada” for empiricamente demonstrada, poderemos abordá-la sob duas perspectivas:

1) Como necessidade de consolidação:

a. Das políticas de prevenção e dos sistemas de referenciação, entenda-se da sinalização, identificação e assistência às vítimas, com focus ao nível do retorno assistido, no sentido de que “(...) a vulnerabilidade ao tráfico poderá não desaparecer mesmo após a intervenção de assistência e seus diferentes apoios por parte dos profissionais, principalmente em situações em que na origem estiveram: fatores estruturais – desemprego, (risco de) pobreza ou de exclusão social, conflitos (...) [e/ou] fatores pessoais – familiares, cognitivos, aditivos, entre outros.” (OTSH, 2016:30).

b. dos sistemas de monitorização, entenda-se da produção, recolha e tratamento de dados quantitativos e qualitativos, no sentido da partilha de informação por e entre diferentes entidades,

2) Como um indicador de risco e igualmente sobre a dinâmica:

a. Ou padrão criminal deste crime, e que poderá apoiar políticas de prevenção, assim como o futuro desenvolvimento da hipótese avançada no último Relatório do OTSH relativa à “(...) existência de uma relação entre mobilidade geográfica, nível organizativo das redes, perfil do traficante e vítimas, e as formas de exploração/fatores sócio ecológicos presentes” e que procura responder a outra questão: “[Tráfico de Seres Humanos] em Portugal: crime organizado, crime de oportunidade ou ambos?” (OTSH, 2016:33; 34).

Neste alinhamento, quando a “história não acaba” é porque talvez a “(...) erradicação de grupos mais ou menos estruturados, ou até de indivíduos isolados ou de base familiar a operar num dado espaço e tempo, não está subordinada à erradicação dos fatores criminógenos de vulnerabilidade [não anulando deste modo] o risco de prevalência ou de possível reincidência. Esta ideia vale tanto para os territórios de exploração (de destino), como para os de recrutamento, principalmente se estes forem os de origem das (presumíveis) vítimas.

Neste sentido, se as condições ou fatores de afastamento (*push factors* – pessoais e/ou estruturais), e as condições ou fatores de atração (*pull factors*) se mantêm inalterados (principalmente expectável ao nível estrutural), e associadas a contextos de anomia social poderá prevalecer o risco de vitimização ou mesmo de revitimação em vítimas anteriormente identificadas e até mesmo assistidas (situação já reportada a este Observatório)” (OTSH, 2016:29-30).

Quando a “história não acaba”, é porque o problema começa bem antes, como referiu o Comissário Europeu para as Migrações, Assuntos Internos e Cidadania, Dimitris Avramopoulos, “(...) we must prevent trafficking in human beings from happening in the first place.” (Comissão Europeia, 2016b).

Quando a “história não acaba”, temos a oportunidade, melhor, o dever profissional, ético e de cidadania, de sobre ela atuar ainda com mais empenho, sendo fundamental a articulação entre profissionais e entre profissionais de diferentes países, nas vertentes de prevenção, proteção e punição.

Bibliografia

COMISSÃO EUROPEIA (2016a), “Report from the Commission to the European Parliament and the Council – Report on the progress made in the fight against trafficking in human beings (2016) as required under Article 20 of the Directive 2011/36/EU on preventing and combating trafficking in human beings and protecting its victims”. Disponível em https://ec.europa.eu/anti-trafficking/sites/antitrafficking/files/report_on_the_progress_made_in_the_fight_against_trafficking_in_human_beings_2016.pdf, [consultado em 09-06-2016].

_____ (2016b), “Remarks by Commissioner Avramopoulos and EU Anti-trafficking coordinator Myria Vassiliadou on the occasion of the presentation of the first progress report on trafficking in human beings”. Disponível em http://europa.eu/rapid/press-release_SPEECH-16-1849_en.htm, [consultado em 17-06-2016].

CONSELHO DA EUROPA (2016), “Protecting children affected by the refugee crisis: A shared responsibility – Secretary General's proposals for priority actions”, Conselho da Europa. Disponível em https://wcd.coe.int/ViewDoc.jsp?id=2420635&Site=COE&BackColorInternet=C3C3C3&BackColorIntranet=EDB021&BackColorLogg ed=F5D383#P32_565 [consultado a 18 de março de 2016].

EUROSTAT (2013) “Statistical working papers – Trafficking in human beings”. European Union. Disponível em http://ec.europa.eu/anti-trafficking/sites/antitrafficking/files/trafficking_in_human_beings_-_dghome-eurostat_en_1.pdf, [consultado em 09-06-2016].

_____ (2015), “Statistical working papers – Trafficking in human beings”. European Union. Disponível em http://ec.europa.eu/anti-trafficking/sites/antitrafficking/files/eurostat_report_on_trafficking_in_human_beings_-_2015_edition_0.pdf, [consultado em 09-06-2016].

MARTO, RITA, PENEDO, RITA (2016), “Tráfico de Seres Humanos” in Dicionário Crime, Justiça e Sociedade, Observatório Permanente Violência e Crime, Universidade Fernando Pessoa, Edições Sílabo (no prelo).

OBSERVATÓRIO DO TRÁFICO DE SERES HUMANOS (2016), “Tráfico de Seres Humanos – Relatório sobre 2015”. Disponível em <http://www.otsh.mai.gov.pt/Recursos/Pages/default.aspx>, [consultado em 09-06-2016].

POLÍCIA JUDICIÁRIA (2015), “Detenções por tráfico de criança”. Disponível em <https://www.policiajudiciaria.pt/PortalWeb/page/%7BBB863677-2AC8-4828-85B9-500359A85430%7D>, [consultado em 09-06-2016].

SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS (2015), “Nota à Comunicação Social - SEF realiza operação de combate aos crimes de tráfico de seres humanos, imigração ilegal e angariação de mão-de-obra ilegal”. Disponível em http://www.sef.pt/portal/v10/PT.aspx/noticias/Noticias_Detalhe.aspx?id_linha=6866, [consultado em 09-06-2016].

VAZ PATTO, Pedro Maria Godinho (2008), “O Crime de Tráfico de Pessoas no Código Penal Revisto – Análise de algumas questões” in Revista do CEJ, nº8 (Especial), 1º Semestre, pgs. 179 e segs. Disponível em http://www.tre.mj.pt/docs/ESTUDOS%20-%20MAT%20CRIMINAL/Crime_Trafico_Pessoas%20-%20Analise.pdf, [consultado em 09-06-2016].

Notas

¹Frase retirada do site EUR-Lex, disponível em http://eur-lex.europa.eu/summary/chapter/justice_freedom_security.html?locale=pt&root_default=SUM_1_CODED%3D23%2CSUM_2_CODE D%3D2301

²Com início de vigência na ordem internacional em 2003, aprovado para ratificação pela Resolução da Assembleia da República n.º 32/2004 e ratificado pelo Decreto do Presidente da República n.º 19/2004.

³Início da vigência na ordem internacional em 2008, aprovado para ratificação pela Resolução da Assembleia da República n.º 1/2008 e ratificada pelo Decreto do Presidente da República n.º 9/2008.

⁴Transposta em Portugal em agosto de 2013.

⁵Sob a coordenação da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género/Presidência do Conselho de Ministros. Presentemente, Portugal encontra-se a implementar o IIIº Plano Nacional de Prevenção e Combate ao Tráfico de Seres Humanos (2014-2017).

⁶Na sequência da ratificação do “Protocolo de Palermo”, e subsequentemente revista pela Lei 60/2013 que procede à 30.ª alteração ao Código Penal, na sequência da transposição da Diretiva 2011/36/EU, em agosto de 2013.

⁷Posteriormente alterada pela Lei 29/2012, de 09 de agosto, pela Lei 63/2015, de 23 de junho, e pela Lei 63/2015, de 30 de junho. Relativamente ao crime de Tráfico de Pessoas a 1ª alteração à Lei passou nomeadamente pela introdução do artigo 185.º-A situação ilegal” e que deriva da transposição da Diretiva n.º 2009/52/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de junho de 2009, «Diretiva Sanções».

⁸Para uma leitura mais detalhada consultar http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?artigo_id=109A0160&nid=109&tabela=leis&pagina=1&ficha=1&nversao=

⁹Para uma leitura mais detalhada consultar http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?artigo_id=109A0160&nid=109&tabela=leis&pagina=1&ficha=1&nversao=

¹⁰Para uma leitura mais detalhada consultar <https://sites.google.com/site/leximigratoria/lei-de-estrangeiros-alterada/cap-vi---residencia-em-territorio-nacional/seccao-ii---autorizacao-de-residencia/subseccao-v---autorizacao-de-residencia-a-vitimas-de-traffic-o-de-pessoas-ou-de-acao-de-auxilio-a-imigracao-ilegal>

¹¹Disponível para consulta em <http://cid.cig.gov.pt/Nyron/Library/Catalog/winlibsrch.aspx?skey=0E20B9FDAD87420E916AF496F64A680C&cap=4%2c3%2c1%2c2%2c8%2c13%2c14%2c15%2c16&pesq=3&opt12=or&ctd=on&c4=on&c3=on&c1=on&c2=on&c8=on&c13=on&c14=on&c15=on&c16=on&arqdig13=off&bo=0&var1=sistema%20de%20referencia%u00e7%u00e3o%20nacional&doc=95878>

ESMAGADOS PELO ÓDIO

Conheci Abdulkader Hussein num ponto intermédio entre dois horrores. E não é que estivesse a viver um bom momento. Para os sírios, o conflito que assola o seu país desde 2011 é um inferno absoluto, sem espaço para passagens paradisíacas nem purgatórios. Com 13 anos, o pequeno sírio vendia mexilhões no centro de Istambul, cidade onde viviam, em Junho de 2015, quase um milhão de refugiados sírios, entre os quais 200 mil crianças. Todos os dias, às 18h, carregava os bivalves preparados pela mãe e exibia-os na esquina da rua mais concorrida da cidade. Por lá ficava até ao amanhecer, entre bêbedos, prostitutas e turistas endinheirados. “Tenho amigos na rua que me protegem”, dizia o comerciante, com uma postura de gente grande e os olhos ampliados por lentes grossas. “Mas já tive de me desviar de uma faca que me foi atirada por uma transsexual bêbeda”. Vendia o mexilhão pequeno a meia lira (15 cêntimos), 1 pelo grande (30 cêntimos): costumava levar 20 euros para casa.

Em 2012, Abdulkader e o seu irmão mais velho, na altura com 12 anos, abandonaram **Hasekeh**, uma povoação curda no norte da Síria, e passaram para a Turquia pelo meio das montanhas. “O céu estava sempre vermelho, havia explosões e pessoas sem pernas e braços. Os meus pais disseram-nos para fugirmos”, recordava. Ficaram quase um ano em casa da tia, em Mardin, até que o pai, empreiteiro, foi assassinado. “Estava a sair de uma obra quando um carro passou e dispararam sobre ele. A minha mãe diz que havia sangue por todo o lado”, contava. Foi a última vez que se lembra de ter chorado. Então, a mãe juntou-se às crianças e partiu para Istambul com a esperança de encontrar trabalho. Não conseguiu. Abdulkader dedicou-se à venda do petisco enquanto o irmão se empregou como alfaiate. Eram os menores que pagavam as despesas.

O refugiado habituara-se a dormir durante o dia e a brincar quando não tinha mais nada para fazer: tocava guitarra e falava pelo Facebook com o resto da família exilada. Iluminado pelos néones dos bares, contava os episódios da guerra na Síria com uma frieza arrepiante: “Vi um vídeo em que o *Daesh* (acrónimo árabe do Estado Islâmico) apanhou um homem que estava a ouvir música e decapitou-o no meio da rua”. Descrevia todos os actores do conflito – e são muitos –, como personagens de uma banda desenhada; para ele os guerrilheiros curdos do Exército de Proteção do Povo (YPG) são como o *Batman*, os heróis, e o *Joker* e o *Pinguim*, os inimigos, são o Estado Islâmico e o exército de Bashar al-Assad. “Tenho um primo da minha idade que está a lutar com o YPG e já sabe usar a AK-47 e granadas”, dizia. “Eu também quero ser guerrilheiro mas a minha mãe não me deixa pegar em armas”. Quando puder decidir sozinho, Abdulkader irá para as montanhas lutar pela causa curda. Naquela altura, era refugiado da guerra de um país, a Síria, que nem sequer sentia como seu, pois os curdos almejam a criação de um Estado – o Curdistão -, onde o seu povo, distribuído pela Síria, Iraque, Turquia e Irão, possa governar. São as consequências de um Médio Oriente fragmentado pelos traçados coloniais, a invasão americana do Iraque e, mais recentemente, pelas revoluções da Primavera Árabe. A parte do puzzle mais difícil de montar no mapa geoestratégico mundial.

No mesmo ano em que Abdulkader deixou a Síria, em 2012, eu visitei o país enquanto repórter no âmbito de um projeto chamado “A Estrada da Revolução”, que tinha como missão contar histórias de pessoas e países cujas vidas se tinham alterado com as revoluções árabes. Nessa altura, havia registo de 7000 mortos, quase todos

manifestantes pacíficos abatidos pelos *snipers* do exército enquanto protestavam nas ruas. Fartos de serem dizimados sem responder, os civis do norte da Síria armavam-se na fronteira com a Turquia e juntavam-se a soldados desertores no Exército Livre da Síria (ELS) – um grupo laico e pró-democrático que declarou guerra ao regime de Bashar al-Assad. Foram membros do ELS que me introduziram clandestinamente em território sírio, uma vez que o governo rejeitava a emissão de vistos a jornalistas estrangeiros. Essa foi uma das razões que levou a guerra da Síria a ser a primeira mais difundida pelas redes sociais e pelo Youtube do que pelos media convencionais.

Ao longo de uma semana, testemunhei massacres de mulheres e crianças inocentes, vi provas de bombardeamentos aéreos a alvos civis, gravei testemunhos de tortura e de opressão ao longo de várias décadas de ditadura, testemunhei como o exército sírio tinha ordens para bloquear ambulâncias que transportassem feridos oriundos das zonas rebeldes e para matar os médicos que lhes prestassem assistência, ouvi relatos de mutilações cirúrgicas a artistas – como arrancar as cordas vocais a cantores e cortar os dedos aos escritores -, e vi muitas famílias destruídas. As milícias do ELS estavam mal armadas e mal preparadas, não obedeciam a uma estrutura hierárquica rígida, muitas vezes não tinham comida nem agasalhos suficientes e montavam os seus postos de controlo em carros e prédios abandonados. A guerra tinha começado mas era muito desigual. O número de mortes multiplicava-se diariamente.

Naquela altura, os sírios das regiões rurais de Idlib e Aleppo, não muito distantes da terra de Abdulkader, acompanhavam as reuniões dos membros do Conselho de Segurança da ONU como se do Mundial de futebol se tratasse. “Temos esperança que hoje a comunidade internacional perceba que estamos a ser massacrados por Bashar al-Assad e que interdição do espaço aéreo para que os nossos rapazes os possam vencer no terreno”, explicava-me um capitão local do ELS. Os civis que entrevistei partilhavam as suas aspirações. Contudo, essa interdição do espaço aéreo, ao contrário do que tinha acontecido uns meses atrás na estratégia de aniquilação do regime de Kadhafi na Líbia, nunca aconteceu: a Rússia e a China vetaram a proposta por serem antigos aliados do bloco xiita formado pela Síria, pelo Irão e pelos libaneses do Hezbollah. “A ONU não olha por nós, a Europa não olha por nós, os EUA não olham por nós. Só Deus olha por nós”, disse-me, em plena madrugada, um popular, no rescaldo das conclusões do Conselho de Segurança e depois de um bombardeamento aéreo ter rebentado com mais de 200 vidas em Homs.

Nessa noite, pediram-me para discursar. Respondi que era inútil, pois quase ninguém falava inglês. “Não faz mal, eles só querem sentir que alguém fora da Síria está a ver o que se está a passar”, respondeu-me Wassim, o rapaz que nos estava a acolher. Diante do palanque estavam faixas escritas em árabe. Quando pedi que me traduzissem as mensagens, quase todas elas apontavam para o descrédito nos seres humanos e para a fé em Deus. Escrevi nesse dia que se a indiferença continuasse a apoderar-se da comunidade internacional, a guerra da Síria iria desencadear radicalismos que podiam ameaçar aquela e outras regiões do mundo.

Quase um ano mais tarde, o *Daesh* avançou para o Levante a partir do Iraque e encontrou na Síria homens destroçados, a quem dois anos de guerra já tinham levado os familiares, as casas e os valores morais, propensos a uma radicalização rápida. Milhares deles passaram a integrar as forças do Califado. Os que conseguiram preservar a sanidade mental, ainda assim, uma grande maioria, seguiram as pisadas de quase 4 milhões de refugiados, e fugiram. Metade deles para a Turquia, como Abdulkader. Em quatro anos, o número de baixas na Síria elevou-se de 7000 para cerca de 350 mil. Segundo o Observatório Sírio para os Direitos Humanos, o regime e os seus aliados foram responsáveis por 80% dessas mortes. O conflito assumiu um carácter global, envolvendo o Irão, a Turquia, a Arábia Saudita e os seus seguidores no Médio Oriente, a Rússia, os EUA

e a União Europeia, cada um deles contribuindo à sua maneira para a não-resolução do problema.

Durante a minha permanência em Istambul, alguns sírios começaram a referir-me a descoberta de uma passagem terrestre para o centro da Europa – a viagem iniciava-se em Izmir, chegava a uma ilha grega e daí seguia por solo helénico até à Macedónia, depois pelos Balcãs até à Hungria e, fronteira após fronteira, até à Alemanha, de onde chegavam promessas de emprego, segurança e prosperidade. O êxodo não começou, como muita gente pensa, nesse Verão de 2015. Dezenas de famílias que entrevistei na Turquia esperavam já pela autorização de agrupamento familiar, a obter pelo chefe de família já radicado (quase invariavelmente) na Alemanha. Antes de 2015, o percurso era mais atribulado pois contemplava uma viagem para a Líbia ou Tunísia e daí uma longa e perigosa travessia do Mediterrâneo para Itália. Com a rota terrestre, era tudo mais simples e seguro. Já não valia a pena esperar pelos documentos. Muitas famílias fizeram-se ao mar e à estrada. Abdulkader partiu com a mãe e com o irmão. Também ele chegou à Alemanha onde, entretanto, Merkel tinha garantido receber todos e combater o drama humanitário.

Em Julho de 2015, cheguei a Dresden, na Saxónia, na parte oriental da Alemanha. Na aldeia vizinha, em Freital, dezenas de militantes do PEGIDA (Patriotas Europeus contra a Islamização do Ocidente) e de outros movimentos de extrema-direita recebiam com pedras e com cocktails-molotov os requerentes de asilo que chegavam de camioneta a um centro de refugiados improvisado num velho hotel. Uma boa parte deles eram sírios, mas havia ainda afegãos, iraquianos, eritreios e sudaneses. Do outro lado da barricada, havia uma boa centena de grupos anarquistas e defensores dos direitos humanos, a proteger os estrangeiros. Pela televisão, imagens semelhantes noutros países europeus.

Perguntava-me onde estavam todas aquelas pessoas quando a guerra da Síria estava lá longe, para lá de Constantinopla. Os europeus começaram a preocupar-se com o drama daquele povo apenas quando os refugiados adoptaram a rota terrestre. Quando os sofredores sem rosto se tornaram visíveis. Quando já não eram corpos mortos a dar à costa das praias do sul, mas cadáveres vivos em marcha pelo coração da Europa. Agora os sírios caminhavam nas suas aldeias, dormiam à sua porta, banhavam-se nos seus rios. “Ai, e agora, se me roubam a casa”, diz um. “E se me ficam com o emprego”, diz outro. “E são todos terroristas”, grita mais um. E juntam-se todos para atirar pedras e palavrões, pegam nas canetas para votar o fim da Europa e ressuscitar o nacionalismo.

Para Abdelkader, nada de novo. Há muito que é assim, ódio atrás de ódio, entalado na raiva do mundo como um pequeno mexilhão entre duas ameaçadoras conchas negras.



Abdelkader nas ruas de Istambul

QUESTÕES TRANSNACIONAIS: UMA EXPERIÊNCIA DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM NO 12º ANO

O presente artigo reporta uma experiência de ensino e de aprendizagem que desenvolvi sobre questões transnacionais com os meus alunos de 12ºano de História A, no ano letivo de 2015-16, numa Escola da área suburbana da Grande Lisboa.

A origem da experiência - O movimento crescente de refugiados de África que através do Mediterrâneo (ou do Atlântico) procuravam chegar à Europa e o ataque à Universidade de Garissa no Quénia em abril de 2015 trouxeram para a sala de aula, no ano letivo de 2014-15, muitas dúvidas dos alunos sobre o que iam vendo, lendo ou ouvindo nas notícias. Tal situação motivou um pequeno debate sobre as razões que poderiam motivar os atentados ou levar as pessoas a tornar-se refugiados. Na sequência desse debate lancei aos alunos o desafio de se desenvolver uma tarefa de pesquisa e análise no ano letivo seguinte sobre questões transnacionais por ser uma temática que fazia parte dos conteúdos de 12º ano de História Aⁱ (ponto 2.1ⁱⁱ do Módulo 9ⁱⁱⁱ). Pedi-lhes ainda para terem em atenção este tipo de notícias durante o período de férias (longe de imaginar o agravamento do movimento de refugiados durante o verão de 2015).

As finalidades da experiência eram as constantes no programa de História A:

Promover o desenvolvimento de competências que permitam a problematização de relações entre o passado e o presente e a interpretação crítica e fundamentada do mundo atual.

Favorecer a autonomia pessoal e a clarificação de um sistema de valores, numa perspetiva humanista.

O desenvolvimento da experiência – No início do ano letivo de 2015-16 propus aos meus alunos a tarefa referida, enviando-lhes por mail o guião de trabalho (apresentado no anexo 1). A recolha de notícias (com perspetivas diferentes) sobre as migrações / refugiados no Mediterrâneo foi iniciada em outubro, devendo a sua análise e discussão ser entregue por escrito (em papel ou ficheiro) até 8 de dezembro. Os alunos deviam ir mostrando a evolução do trabalho, podendo solicitar *feedback* em qualquer altura. Alguns alunos utilizaram o Espaço História^{iv} para esclarecer as suas dúvidas. Muitos aproveitaram ainda a oportunidade das conferências-debate, realizadas na Escola a 25 de novembro, sobre “Os Movimentos de Refugiados na Europa: Perspectivas Escolares”, com Dulce Pimentel (da FCSH da UNL) e com Pedro Calado (Alto-comissário para as Migrações) para clarificar as suas ideias sobre a temática.

Nos períodos seguintes os alunos podiam optar por desenvolver o tema da segurança ou o do ambiente, devendo acrescentar os seus trabalhos aos dossiês ou ficheiros já iniciados. As informações recolhidas e analisadas deveriam constituir a base de fundamentação para o debate a realizar no 3º período.

Os resultados – Todos os alunos obtiveram resultados positivos nas tarefas escritas,

tendo revelado no debate, mudanças face às suas ideias iniciais sobre estas temáticas, revelando o desenvolvimento de uma consciência histórica. Escolheram-se dois exemplos de trabalhos com maior e menor grau de sofisticação das ideias apresentadas. Os nomes dos alunos foram codificados para manter o anonimato.

Menor grau de sofisticação de ideias em História: A Nídia (18 anos) elaborando textos reduzidos de análise das notícias que recolheu sobre o ambiente, expressando a sua preocupação sobre o assunto e revelando consciência da ação humana.

A primeira notícia (*Ministro do ambiente ameaça encerrar empresa por ser uma das principais poluidoras do Rio Tejo* em <http://sicnoticias.sapo/> em 05/02/2016) refletia a agressão ao meio ambiente por parte do ser humano como ela expressou:

“Esta fábrica é o exemplo de muitas outras que estão a ser encerradas pelo excesso de poluição feita para a atmosfera. O que esta faz consiste na produção de eletricidade por meio da queima de resíduos de lagares e de biomassa florestal, claro que todos os fumos e gases (sic) são expulsos para a atmosfera causando graves problemas a nível do aquecimento global. Acho uma solução um pouco precipitada, mas sabendo o que sabemos do estado em que se encontra o nosso globo talvez seja das melhores soluções se a fábrica não cumprir com o que lhe é proposto.”

A segunda notícia (*Cientistas portugueses desenvolvem detergente amigo do ambiente a partir de lixo* em <http://sicnoticias.sapo/> em 16/01/2016) abordava uma intervenção favorável ao ambiente: *“Esta noticia é o exemplo de ideias inovadoras criadas para um menor nível de poluição, reutilizando produtos que já não são necessários neste caso o lixo. É uma tarefa (sic) criado por César Fonseca e teve vários apoios como o programa MIT Portugal que se interessa no investimento à ciência e tecnologia. Teve também financiamento da Fundação para a Ciência e Tecnologia. O mundo devia ter mais iniciativas como estas para reutilizar os produtos que já não são precisos e acima de tudo diminuir a produção de gases e resíduos tóxicos para o nosso planeta.”*

Após a comparação das notícias (com outra notícia sobre *O mar em 2030*) e a reflexão sobre os conceitos de ambiente, aquecimento global, ar e gases do efeito de estufa, a Nídia fundamentou a sua opinião da seguinte forma: *“Após esta pesquisa concluo que o mundo realmente precisa de mudanças drásticas nas suas técnicas de produção de energia, apesar de contribuímos bastante bem para essa produção por exemplo com as energias renováveis. Foi muito interessante realizar este trabalho porque tive uma maior visão deste tema no mundo inteiro, e para conseguirmos ultrapassá-lo (sic) o mundo tem de se unir para que o nosso planeta dure muitos mais anos. Devemos todos contribuir com algo de bom para o ambiente, a mínima atitude faz a diferença.”*

Maior grau de sofisticação de ideias em História: O Eduardo (17 anos) analisou duas notícias sobre os refugiados, tendo estabelecido relações passado/presente e mobilizado conhecimentos adquiridos na disciplina para construir a sua reflexão, revelando consciência da ação humana em História. Devido à extensão dos textos apenas se apresentaram os excertos mais representativos das suas ideias.

A primeira notícia era sobre a posição desfavorável de Donald Trump ao acolhimento de refugiados nos EUA (recolhida no *The Guardian* (online) em 08/12/2015), tendo a análise do Eduardo recaído sobre as atitudes xenófobas de Trump: *“Eu escolhi esta notícia porque, em primeiro lugar estamos a falar de um discurso de um candidato presidencial dos*

Estados Unidos, país que exerce grande influência em todo o mundo, e que as suas políticas podem vir a afetar-nos direta ou indiretamente, pois nós não devemos esquecer que os Estados Unidos são um dos países mais poderosos do mundo e qualquer decisão que eles venham a tomar sobre o assunto dos refugiados irá ter influencia (sic) em todo mundo, sendo portanto uma questão preocupante que tipo de ideais tem o presidente deste país, pois o que se observa após a leitura desta fonte é que Donald Trump aparenta ter alguns pontos em comum com os regimes fascistas, já que joga com os medos das pessoas, para ganhar apoio popular, sendo neste caso o medo que as pessoas tem dos muçulmanos, já que durante o discurso Donald Trump menciona 'Não fazemos ideia de quem é que está a vir para o país. Nós não temos a mínima ideia se eles nos amam ou se odeiam. Nós não temos nenhuma ideia se eles nos querem bombardear.'"

A segunda notícia era sobre a posição favorável de Barack Obama em relação ao mesmo assunto (Expresso (online), 18/11/2015), tendo o Eduardo sublinhado as atitudes humanitárias de Obama, independentemente dos problemas causados pela política militar dos EUA: *"Eu escolhi esta notícia porque apesar de ser de um político americano, tal como a primeira, que neste caso é o presidente dos Estados Unidos, contrasta totalmente com a 1ª fonte, pois enquanto a primeira fonte expressa ideais xenófobos com os refugiados, esta menciona que "impedir a entrada de refugiados sírios" nos Estados Unidos é "ofensivo e contrário aos valores norte-americanos" e que o Presidente acusa os seus rivais políticos de terem medo de "viúvas e órfãos", ou seja, ele defende que é imperativo que ajude-mos (sic) os refugiados, e que não ajuda-los vai contra os valores e ideais americanos. (...) Esta notícia (sic) é importante porque demonstra que nem todos os políticos dos Estados Unidos têm (sic) os mesmos pensamentos que Trump, e que ainda defendem o direito dos refugiados a começar uma vida nova longe da guerra, isto apesar dos Estados Unidos comandarem uma coligação internacional que tem estado a bombardear a Síria de modo a evitar o progresso do Estado Islâmico, bombardeamentos esses que têm vindo a causar a morte de muitos civis inocentes."*

Para além da comparação das notícias, o Eduardo fundamentou a sua opinião com base na sua reflexão sobre os conceitos de emigrantes, refugiados ou requerentes de asilo: *"O mundo está constantemente em mudança, e se olharmos para a história conseguimos (sic) de facto ver isso, países que aparecem e desaparecem, regimes que caem, novos ideais e guerras e revoltas, tudo isto aconteceu e aparentemente vai continuar a acontecer, faz parte da história, portanto nunca nós devemos esquecer que hoje os refugiados não somos nós mas amanhã a situação pode-se inverter por completo, e podemos ser nós os refugiados, a história está cheia de ironias como essas, é então importante que aprendemos com a história e não tomemos atitudes xenófobas para com os refugiados. Portanto é importante concluir após a leitura destas notícias e seus comentários, que não devemos ignorar os refugiados nem tão pouco fechar as portas, pois eles são pessoas como nós todos, que vieram de um cenário de guerra e têm todo o direito a viver, mesmo que seja noutro país que não o deles. Não nós devemos influenciar por ideias sem sentido, com as de Donald Trump, que por ironia é filho de uma emigrante e os avós do lado paterno são alemães, ou seja Trump é descendente de imigrantes, como a maioria da população dos Estados Unidos, portanto não tem nenhum direito de tomar aquelas medidas anti-emigração (sic). Devemos louvar Obama, que se manteve firme na sua decisão de manter a intenção de receber refugiados apesar das fortes críticas (sic) por parte da oposição política e por parte do público que temem mais atentados como o de Paris, nos Estados Unidos".*

Conclusões da experiência – Os resultados refletiram que os alunos pensam historicamente sobre os assuntos do mundo contemporâneo quando lhes são dadas tarefas desafiantes. Esta experiência sublinhou a importância da disciplina de História: como ferramenta para interpretar o passado e ajudar a compreender o futuro; para desenvolver as competências históricas relativas ao exercício do espírito crítico e da fundamentação de opiniões; para desenvolver a consciência histórica e a orientação temporal dos alunos.

Os próprios alunos consideraram, no final do debate, que esta experiência foi muito gratificante, porque lhes permitiu compreender melhor o mundo em que vivem e tomar consciência da utilidade do conhecimento adquirido na disciplina e de que a História de facto acontece todos os dias.

Termino com a reflexão final do Rodrigo (17 anos) sobre esta experiência:

“Pesquisar e refletir sobre os assuntos que mais afetam o nosso planeta na atualidade ao longo deste ano foi uma experiência proveitosa, uma vez que permitiu recolher mais informações acerca destes temas e, até, mudar a minha opinião sobre certas ideias que anteriormente possuía. Permitiu também aplicar conhecimentos adquiridos na disciplina de História à vida quotidiana, permitindo ter a perceção de que tudo o que nos afeta está interligado.”

Notas

ⁱTal foi possível por haver continuidade pedagógica na Escola a que pertença.

ⁱⁱMutações sociopolíticas e novo modelo económico (O debate do Estado-Nação; a explosão das realidades étnicas; as questões transnacionais; migrações, segurança e ambiente)

ⁱⁱⁱAlterações geoestratégicas, tensões políticas e transformações socioculturais no mundo atual.

^{iv}Espaço existente na Escola onde os alunos podem solicitar apoio junto de professores de História.

Anexo 1

Trabalho de recolha e análise de fontes – História A – Tensões atuais - as questões transnacionais: migrações, segurança e ambiente

Orientações para o trabalho:

1. Pesquisa de notícias com perspetivas diferentes (ou mesmo contraditórias) sobre o assunto em jornais, revistas ou documentários videogravados relacionadas com as temáticas realçadas a azul no quadro de contextualização fornecido.
2. Recolha de **2** (se forem extensas) ou **4** notícias (se forem curtas) nos 1º e 2º períodos e de **1** (se for extensa) ou **2** notícias (se forem curtas) no 3º período:
 - as notícias do 1º período devem ser entregues até dia 8 de dezembro;
 - as do 2º período até 8 de março;
 - as do 3º período até 3 de maio.
3. Todas as notícias devem ter as seguintes referências:
 - jornal, revista ou estação televisiva de onde foram retiradas;
 - indicação de página ou de site;
 - data de publicação da notícia.
4. Cada notícia deve ser acompanhada de um comentário que explique as razões da vossa escolha da notícia. Para facilitar a elaboração do comentário devem seguir estes procedimentos:
 - a) Identificação dos conteúdos ou aspetos fundamentais relacionados com o programa de História A
 - b) Apresentação/discussão dos conceitos relacionados com o tema a explorar
 - c) Leitura da notícia segundo as técnicas do resumo (**supressão** ou eliminação das informações pouco relevantes ou secundárias e **seleção** das informações mais importantes que se aplicam ao que estás a analisar)

- d) Seleção de informações que permitam contextualizar o tema em estudo
- e) Seleção de informações que mostrem a relevância da notícia (ex: (des)respeito pelos direitos humanos)
- f) Seleção de citações da notícia (as citações devem ser colocadas entre aspas e deve respeitar-se o seu contexto) que vão utilizar no texto que produzirem
- g) Estruturar a informação
- h) Formular (fundamentadamente) a vossa opinião
- i) Elaborar o texto, expressando a vossa opinião sobre o tema

5. O momento final deste trabalho será um debate na turma sobre o tema (a realizar no 3º período).

Avaliação:

O trabalho contará para classificação final de todos os períodos: nos 1º e 2º períodos será avaliado nos itens de **TPC e Pesquisa, apresentação e elaboração de trabalhos**; no 3º período o resultado obtido será classificado como trabalho individual e avaliado nos itens de **TPC e Pesquisa, apresentação e elaboração**.

Contextualização: O quadro seguinte apresenta uma súmula de acontecimentos dos finais do século XX que se prendem com este trabalho e que constam dos pontos 1.3. e 2.1. do **Módulo 9 – Alterações geoestratégicas, tensões políticas e transformações socioculturais no mundo atual**.

1.3. Permanência de focos de tensão em regiões periféricas

*Aprendizagem Relevante

AR*	Conteúdos	Aspetos fundamentais
Reconhecer a crise das sociedades do Terceiro Mundo e o papel da Guerra Fria e do seu desfecho na persistência de tensões pluriétnicas ou nacionalistas em regiões periféricas	África subsaariana: etnias e Estados.	A colonização definiu fronteiras arbitrárias e a descolonização deu origem a Estados sem consciência de nação, formados por várias tribos, por vezes rivais. Problemas políticos internos: - aumento das rivalidades étnicas, religiosas e culturais; - inviabilização da democracia pluralista (as forças políticas representam etnias, que se querem sobrepor umas às outras); - golpes de Estado frequentes, que potenciam conflitos étnicos e genocídios tribais - ex. Ruanda, Burundi, Etiópia, Somália, Sudão, Libéria, Zaire (Rep. Democrática do Congo), Angola, Moçambique e Guiné-Bissau; - ausência de quadros técnicos e administrativos e de infraestruturas económicas; - anarquia causada pelas guerras. Problemas políticos externos: - redefinição de fronteiras entre os novos Estados (existência de tribos espalhadas por vários países)
	degradação das condições de existência	Problemas económicos: - redução dos investimentos pelo bloco capitalista (por perda de interesse da zona) após a Guerra Fria - crescente endividamento junto das potências ocidentais (a pagar com os recursos naturais mal aproveitados); - quebra contínua dos preços das matérias-primas (que reduz a entrada de receitas); - alargamento da área desertificada. Problemas sociais: - grandes concentrações de populações em campos de refugiados; - dificuldade de implementação de apoios da ONU e ONG's por inexistência de Estado; - ausência de programas de educação e de saúde (problema das epidemias, ex. sida); - fome extrema.
	América Latina: ditaduras e movimentos de guerrilha	Implantação de ditaduras com apoio dos EUA = América Latina protetorado dos EUA - manutenção da maior parte até aos anos 80 com desrespeito pelos direitos humanos; - censura, prisão, tortura, assassinatos e desaparecimentos de opositores políticos; Formação de movimentos de guerrilha nos anos 60 e 70 = ambiente de guerra civil: - Frente Sandinista de Libertação Nacional na Nicarágua; Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional em El Salvador; Sendero Luminoso no Peru; Tupamaros no Uruguai; Exército de Libertação Nacional na Bolívia; Exército Guerrilheiro do Povo na Argentina; Exército Zapatista de Libertação Nacional no México.
	a expansão das democracias	Queda das ditaduras (Nicarágua - 1979; Argentina - 1982; Brasil - 1985; Chile - 1988; Paraguai - 1979) por conjugação da acção dos guerrilheiros com: - dificuldades económicas (agravamento do desemprego, da inflação e do endividamento); - contestação pública dos regimes por socialistas, comunistas, liberais e padres progressistas; - denúncias internacionais da repressão interna e retirada de apoio dos EUA (com o fim da guerra Fria) Criação de democracias pluralistas (apesar da corrupção e violência nalguns países) Afrouxamento da ação guerrilheira; muitos movimentos tornaram-se partidos legais

	Descolagem contida e endividamento externo	<p>Tentativa de descolagem económica:</p> <ul style="list-style-type: none"> - políticas de autarcia (durante o período das ditaduras) para substituir as importações a nível industrial, financiadas por empréstimos estrangeiros (com juros altíssimos) mal geridos provocaram: - endividamento externo crescente que levou à declaração de insolvência. <p>Tentativas de resolução da crise económica e social:</p> <ul style="list-style-type: none"> - adoção pelos governos de políticas inflacionistas agravadas com medidas de austeridade impostas pelo FMI; - consequências sociais: empobrecimento generalizado da população e contestação social - 1991 – pelo Tratado de Assunção o Brasil, a Argentina, o Paraguai e o Uruguai criam um agrupamento, que dará origem ao Mercosul
Reconhecer a crise das sociedades do Terceiro Mundo e o papel da Guerra Fria e do seu desfecho na persistência de tensões pluriétnicas ou nacionalistas em regiões periféricas	Médio Oriente: Nacionalismo e confrontos políticos e religiosos	<p>As pretensões judaicas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - insistência desde 1896 no sionismo (fundação da pátria judaica na Palestina); - Declaração de Balfour (1917) = apoio britânico aos sionistas, passando a Palestina a ser administrada pelos britânicos por decisão da SDN em 1918 (fim da 1ª Guerra Mundial); - emigração para a Palestina durante a 2ªGM devido às perseguições e extermínio racial; - 1947 – resolução da ONU de criar 1 estado árabe e 1 judeu na Palestina, sendo Jerusalém internacional = início do conflito israelo-árabe - 1948 – proclamação do estado de Israel pelos judeus e declaração de guerra pela Liga Árabe; - Vitória dos judeus na 1ª guerra (1948-49) – alargam o seu território e iniciam os colonatos; - Aumento dos territórios judeus com as guerras de 1957 (Suez), 1967 (6 Dias) e 1973 (Yom Kippur); - início dos ataques terroristas a Israel pelos palestinianos refugiados nos outros países (formação do movimento guerrilheiro Al-Fatah e da OLP); - 1987 – início da <i>Intifada</i> (revolta popular de jovens, mulheres, crianças) atacando com paus e pedras; - 1992 – os EUA esbatem o apoio a Israel (fim da Guerra Fria) = início do processo de paz para devolução de terras aos palestinianos, mas enfrentam posições radicais e nova escalada de violência: <ul style="list-style-type: none"> - resistência dos colonos israelitas em abandonar as terras dos colonatos; - ataques suicidas dos palestinianos radicais que não reconhecem Israel. - 2001 – dureza da política de Ariel Sharon faz aumentar a <i>Intifada</i>; - 2005 – novas negociações e abandono de colonatos na Faixa de Gaza, mas... <p>Até 1978 – o Irão era uma monarquia ocidentalizada apoiada pelos EUA, com oposição dos muçulmanos xiitas: Em 1979 a revolução xiita (93% da população) dirigida pelo líder espiritual <i>ayatollah</i> Khomeini expulsa o Xá:</p> <ul style="list-style-type: none"> - implanta a república teocrática baseada na lei islâmica e no Corão; - perseguição e eliminação de todas as manifestações ocidentalizadas pelos "guardas da revolução"; - os EUA são apelidados de "<i>Grande Satã</i>" e "inimigos da revolução e de todo o mundo muçulmano" por não expatriarem o Xá (que se tinha refugiado lá); todos os aliados dos EUA são também considerados inimigos; - triunfo do fundamentalismo islâmico no Irão caracterizado por: <ul style="list-style-type: none"> - fanatismo religioso; - defesa da "guerra santa" e do terrorismo contra o Ocidente.

2.1. Mutações sociopolíticas e novo modelo económico

AR	Conteúdos	Aspetos fundamentais
Analisar elementos definidores do tempo presente – fenómeno da massificação; hegemonia da cultura urbana; triunfo da electrónica; ideologia dos direitos humanos; consciência ecológica	A exploração das realidades étnicas	<p>conflitos tribais - em África (já apontados acima);</p> <p>conflitos de identidade nacional na ex-União Soviética – com a Tchetchénia; na Geórgia – revolta da Ossétia do Sul; no Azerbaijão – revolta dos arménios;</p> <p>conflitos religiosos: na Índia – entre <i>sikhs</i> e <i>hindus</i>; no Sri Lanka (de maioria budista) – com os guerrilheiros <i>tamil</i> (hindus); na Inglaterra – revolta da Irlanda do Norte (católicos e protestantes);</p> <p>conflitos separatistas: na Espanha – revolta dos bascos; na Bélgica – entre Valões e Flamengos;- na França – separatismo da Córsega.</p>
	as questões transnacionais: migrações	<p>Migrações devido a:</p> <ul style="list-style-type: none"> - razões económicas e demográficas (escassez de recursos naturais e excesso de população); - razões políticas (refugiados, que levantam os seguintes problemas nos países de acolhimento): <ul style="list-style-type: none"> - demográficos e económicos por haver excesso de população e falta de emprego; - étnicos, por medo da alteração de hábitos culturais e de novas formas de vida e religião;

		<ul style="list-style-type: none"> - xenófobos por se encararem os imigrantes como concorrentes no emprego e benefícios sociais; - sanitários, por serem portadores de doenças ou poderem sê-lo; - racial, por medo de se tornarem em minorias fortes que possam desestabilizar a nação. <p>Por vezes, existem manifestações extremas de rejeição e segregação racial da extrema-direita a que os governos tentam responder com políticas de interculturalidade e de legalização.</p>
	segurança	<p>Problemas internacionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - o terrorismo contra vítimas indiscriminadas (usado por separatistas, por descrentes da democracia ou por fundamentalistas islâmicos) - a proliferação de armas nucleares e de armas químicas e bacteriológicas; - a criminalidade organizada.
	e ambiente	<p>Razões da degradação ambiental:</p> <ul style="list-style-type: none"> - destruição de áreas florestais e com elas de espécies animais e vegetais; - exploração intensiva da natureza (ar, água, recursos minerais, vegetais e animais) / poluição. <p>Problemas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - aquecimento global do planeta; - destruição da camada de ozono; - chuvas ácidas; - destruição dos oceanos; - empobrecimento do solo devido ao uso de químicos; - desertificação; - nuvens radioativas.

Carla Delgado de Piedade

Professora na Escola Secundária Fernão Mendes
Pinto

Anabela Pessoa Farinha

Professora na Escola Secundária Fernão Mendes
Pinto

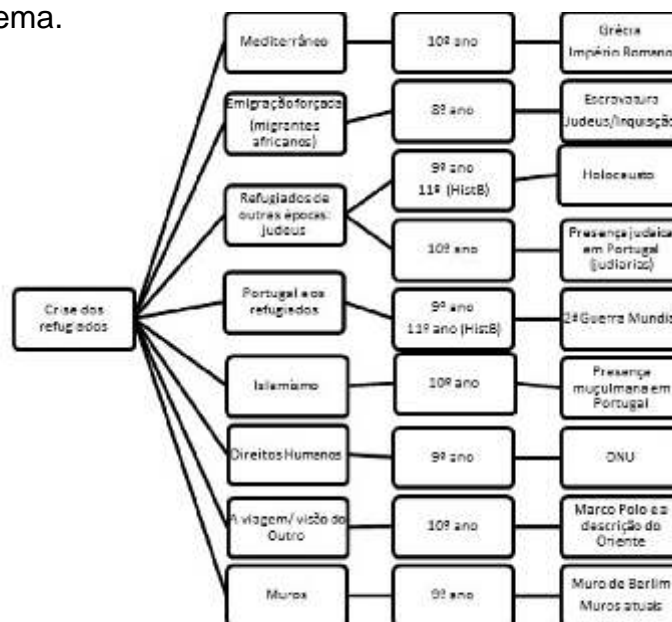
A EUROPA E OS DISPERSOS

Ter um inimigo é importante, não apenas para definir a nossa identidade, mas também para arranjarmos um obstáculo em relação ao qual seja medido o nosso sistema de valores, e para mostrar, ao afrontá-lo, o nosso valor. Portanto, quando o inimigo não existe há que construí-lo. [...] os inimigos são diferentes de nós e comportam-se segundo costumes que não são os nossos.

Umberto Eco

O verão de 2015 foi marcado pela crise dos refugiados. As primeiras páginas dos jornais e a abertura dos telejornais eram ocupadas pelas imagens do êxodo de milhares de crianças, mulheres, homens, jovens e idosos que, num ato desesperado, se lançavam ao Mediterrâneo como último recurso para escapar à guerra. Foi com a visão destes rostos e dos seus testemunhos que regressámos à escola. Assim, foi sem surpresa, que ao planificar as actividades para o ano letivo a crise dos refugiados foi apresentada como possibilidade de tema de trabalho de pesquisa a desenvolver com turmas do 3º ciclo e do secundário.

Como articular este trabalho com a gestão dos conteúdos a lecionar em cada ano foi a primeira pergunta que colocámos. Conseguir responder a esta preocupação significaria evitar a duplicação de trabalhos de pesquisa, ao mesmo tempo que se fazia a articulação entre passado e presente. Fomos apontando no caderno as perguntas e sugestões decorrentes da chuva de ideias. O resultado, já em forma de síntese, foi o que abaixo se apresenta em esquema.



Como evitar que este trabalho se arrastasse ao longo do ano, tornando-se num ser pesado e monótono? Optámos por dividir o trabalho em etapas com objetivos, produto final e prazos bem definidos. A primeira etapa deste trabalho de cariz anual consistiu na análise de uma notícia de jornal, calendarizada para o primeiro período. Pedimos aos alunos que trouxessem exemplares de jornais portugueses, a que juntámos a nossa recolha. Foi entregue um guião de análise e os parâmetros nele definidos foram a base da grelha de avaliação.

Ainda na etapa de planificação do projeto, a Escola recebeu o email do Dr. Alexandre Guerreiro a propor a conferência «A Europa, a crise dos refugiados e a guerra da Síria». A presença deste especialista na Escola revelou-se de grande valor motivacional ao fornecer, de forma acessível e didática, uma série de dados e pistas para o entendimento de um assunto tão complexo.

A seleção dos textos jornalísticos aconteceu em sala de aula com a nossa supervisão. De facto, entendemos, desde o início, que o trabalho se desenvolveria também em sala de aula, o que permitiria esclarecer atempadamente dúvidas, fornecer orientações metodológicas muito concretas, gerir conflitos entre pares e pensar em conjunto as etapas seguintes numa lógica partilhada que correspondesse aos interesses dos discentes.

O resultado da análise das páginas dos jornais foi partilhada em sala de aula refletindo-se sobre a problemática dos refugiados. Partimos do pressuposto de que desmistificar estereótipos e preconceitos passa por conhecer. Efetivamente, os nossos alunos ao conhecerem a realidade dos refugiados através da leitura dos textos jornalísticos, da observação de fotografias, do visionamento de pequenos vídeos que circulavam nas redes sociais e do filme “Welcome”, de Philipp Lioret (2009) ficaram sensibilizados e motivados para a abordagem deste tema e para o estudo de outros acontecimentos históricos de natureza semelhante. Assim, foi-se construindo de forma participada a ligação entre o presente e o passado histórico contemplado nos currículos.

Se no primeiro período a fonte de pesquisa privilegiada foi o texto jornalístico, no segundo período as fontes de pesquisa foram historiográficas, literárias, fílmicas e testemunhos orais para mostrar que o conhecimento e ou tentativa de reconstituição do passado histórico se faz pelo cruzamento de fontes, permitindo múltiplas leituras por forma a nos aproximarmos o mais possível da verdade histórica.

Concretizámos este objetivo com a elaboração de grelhas por turma com uma lista de sugestões de livros, links, filmes¹ que abordavam os conteúdos em estudo. Esta listagem não excluía a pesquisa autónoma dos alunos, assumida como um dos parâmetros de avaliação.

Na nossa escola, Escola Secundária Fernão Mendes Pinto (Almada), acontece anualmente a Semana do Patrono, que visa a divulgação dos trabalhos realizados nas diferentes disciplinas ou de natureza interdisciplinar, pelo que se decidiu pensar os produtos finais de forma a se enquadrarem neste momento alto da vida da escola. Sendo assim, ficou definido, no guião de trabalho para o segundo período, que os alunos deveriam elaborar um texto original sobre o tema em estudo. Para além disso, foram orientados para a terceira e última etapa do projeto, a saber, a concepção de um cartaz científico de tamanho A3 ou A2. A composição do cartaz deveria ser original, equilibrada esteticamente, criativa e apelativa. Sugeriu-se que os alunos prestassem atenção à publicidade, à organização das páginas dos jornais e das revistas, a panfletos, a *outdoors*, etc. para que se inspirassem para esta etapa. Muito contribuiu para a criatividade dos alunos a visita de estudo ao Museu do Aljube, um exemplo muito significativo de ligação bem conseguida entre as dimensões científica e estética².

Retomemos os temas de trabalho. À identidade da Europa subjaz o encontro de povos e culturas, vagas migratórias, fases de integração e de rejeição do Outro, abertura ao mundo, guetização e perseguição de minorias. À luz de uma educação holística os nossos

alunos estudaram a evolução do conceito de cidadão em Atenas e Roma, comparando com atualidade; a presença muçulmana na Península Ibérica, com destaque para o conceito de moçarabe; a convivência entre cristãos e judeus, na Idade Média e no período da Inquisição; a viagem de Marco Polo ao Oriente; o Holocausto, a bipolarização do mundo na Guerra Fria; o muro de Berlim; a ONU e a Carta dos Direitos Humanos; emigração clandestina portuguesa dos anos 60; a guerra colonial; os retornados. Estes temas por si só são abordados na disciplina de História, encapsulados num tempo mais ou menos remoto, como acontecimentos acontecidos e sem possibilidade de repetição. Ora, contrariando esta linha de raciocínio, este trabalho de projeto foi concebido como um caso prático, com o objetivo de possibilitar aos alunos a comparação entre o passado e o presente, reconhecendo-se a si próprios como protagonistas de uma realidade que se pode ancorar no passado e que eles podem alterar no presente. Como cidadão, o aluno dotado de conhecimento e confrontado com realidades desumanas, sabe que pode agir e que a sua ação entronca em documentos como a Declaração Universal dos Direitos do Homem, em Cartas de Princípios e no exemplo de ações de homens a que a História deu o nome de «justos entre as nações». Logo no primeiro período teve lugar uma reunião com a professora Lurdes Cruz (responsável pelo Gabinete de Relações Exteriores da nossa escola) para a integração deste trabalho no Projeto de Intercâmbio com a escola Max Planck (Dortmund). Na sequência desta colaboração, foram enviadas sugestões de trabalho colaborativo para a professora da escola de Dortmund, responsável pelo projeto. O culminar do intercâmbio aconteceu na primeira semana do terceiro período, com uma sessão de trabalho colaborativo, com os alunos organizados em grupos mistos, com o objetivo de compararem as notícias publicadas em jornais portugueses e alemães sobre a crise dos refugiados. Solicitou-se ainda a aplicação da análise SWOT sobre o acolhimento dos refugiados na Europa. O resultado foi exposto na sala polivalente. Na terceira etapa, todos os esforços foram canalizados para a conceção gráfica e correcção científica dos cartazes. Para garantir a qualidade e uniformidade dos produtos finais foram dadas indicações precisas sobre cores de fundo, tipos e tamanhos de letra, dimensão dos títulos e mancha de texto em equilíbrio com as imagens. Optámos por usar o programa PowerPoint e as funcionalidades disponíveis na elaboração de slides. Revelou-se uma ferramenta útil e surpreendente para a maioria dos alunos. Os cartazes foram distribuídos por quatro painéis em *mdf* de grande dimensão, expostos durante a Semana do Patrono. Para cada etapa do trabalho foi aplicada uma grelha de avaliação, a que se acrescentou a de autoavaliação preenchida no final do ano letivo. Assim, em cada um dos períodos, a classificação obtida no trabalho foi integrada na avaliação. Esta opção revelou-se inteligente, pois permitiu a responsabilização, manter ou até aumentar a motivação e não perder o foco dos objetivos definidos.

Em jeito de balanço final, fica a certeza de que a par do enriquecimento de conteúdos, da exploração de temas da atualidade, da aplicação da metodologia de trabalho de projeto, contribuímos para a construção de uma consciência cívica nos nossos alunos. Da leitura das grelhas de autoavaliação ficámos a saber que se sentiram orgulhosos de contribuir para uma parte de um todo e que alteraram substancialmente a sua perspetiva sobre a integração dos refugiados. Muitos destes alunos deixarão de ficar indiferentes aos problemas daqueles a quem chamamos «o Outro», e que como tal não exigem, *a priori*, as nossas capacidades de reflexão e ação.

Notas

¹ Deixamos a lista de fontes analisada neste trabalho: LE CLÉZIO, (2008) *Estrela errante*, Lisboa, D. Quixote; KERTÉSZ, Imre, (2003), *Sem Destino*, Lisboa, Editorial Presença; LEVI, Primo (2008) – *Os que sucumbem e os que se salvam*, Lisboa, Teorema; *idem*, (2010) *Se isto é um homem*, Lisboa, D. Quixote; PIMENTEL, Irene (2009), *Judeus em Portugal durante a II Guerra Mundial*, Esfera dos Livros; ECO, Humberto (2011), *Construir o inimigo e outros escritos ocasionais*, Lisboa, Gradiva; REAL, Miguel (2009) *Memórias de Branca Dias*, Lisboa, Quidnovi; VÁRIOS (2014), *O rapaz do caixote de madeira*, Lisboa, Editorial Presença. Filmes: HARRISON, John Kent (dir), *A história de Irena Sendler* (2009); SPIELBERG, Steve, *Lista de Schindler* (1993), CORREA, João e MANSO, Francisco, *O Cônsul de Bordéus* (2011), VIEIRA, Leonel, *A sombra dos abutres* (2008).

² Foram também realizadas visitas de estudo à Lisboa Medieval (10º ano) e visionado o filme de Philippe Faucon, *La Désintégration* (2011) no certame DocLisboa.



Figura 1 - Conferência



Figura 2 - Sessão de trabalho com alunos de Dortmund



Figura 3 - Exemplo de cartaz

